

Debate Sindical

Ano 10 - nº 21 - março / abril / maio - 1996 - R\$ 6,50



A reforma da previdência e os impasses do sindicalismo

*As mentiras do acordo sobre
redução de encargos sociais*

*Congresso define os rumos
da Corrente Sindical Classista*

*A dimensão histórica da
greve que abalou a França*

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** As mentiras sobre a crise da previdência social
(Jandira Feghali)
- 9** Sindicatos subestimam a luta contra as reformas
(Emílio Gennari)
- 13** Os dilemas que dificultam a ação da CUT
(Bernardo Joffily)
- 18** Congresso define os novos rumos da CSC
(Wagner Gomes)
- 21** A luta das mulheres e o 8 de Março
(Jô Moraes)
- 24** O significado da greve que abalou a França
(Augusto Cesar Buonicore)
- 30** Entrevista com a dirigente da CGT francesa
(Marcia Quintanilha)
- 34** A ofensiva pela redução dos encargos sociais
(Altamiro Borges)
- 39** A polêmica sobre a participação nos lucros
(Raul Carrion)
- 45** Comunista português aborda a "crise sindical"
(Álvaro Cunhal)
- 51** O estranhamento do trabalho na atualidade
(Jesus J. Ranieri)
- 56** Resenhas de livros

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010 - Fone/Fax: (011) 284-2296

Conselho de redação

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

Conselho editorial

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimenta
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Antonia Rangel
Marcia de Almeida

Ilustrações e fotos

Sintaema e arquivo do CPV

Capa

Big Nel (fone: 287-4180)

Editoração eletrônica

Sandra Luiz Alves (fone: 605-2807)

Impressão e acabamento

Editora Parma

Observação

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

A pesar das suas intensas manobras do início do ano, que inclusive seduziram parcelas do movimento sindical, o governo FHC sofreu duas expressivas derrotas que abalaram o cenário político. A rejeição na Câmara Federal do relatório do deputado Euler Ribeiro sobre a reforma da previdência e a aprovação no Senado do requerimento de instalação da CPI do sistema financeiro devem servir pelo menos para baixar a crista do arrogante presidente da República.

Essas derrotas, mesmo que momentâneas e parciais, confirmam a existência de inúmeras contradições que servem de percalços à implantação acelerada do neoliberalismo no país. FHC bem que tentou superá-las, seja através das ameaças autoritárias - como as pronunciadas contra o Congresso Nacional - ou da pura sedução política. Num jogo de cena explícito, por exemplo, o governo armou a tal negociação do “acordo da previdência” com as centrais sindicais.

Pela primeira vez na história recente, ele conseguiu envolver a CUT num falso “entendimento” e ainda jogou na divisão da esquerda, acariciando a central e estigmatizando os partidos de oposição - inclusive o PT, com forte ascendência sobre a entidade. Além disso, a armadilha serviu para desativar o processo de luta em curso contra esta reforma de nítido caráter antipopular. Sob os bons fluídos da França, a CUT havia fixado um calendário de mobilizações que incluía até a greve geral. O teatrinho da negociação desarmou a bomba!

Mas FHC não teve muito tempo para comemorar sua façanha. Embriagado pelo poder, o “príncipe” subestimou as contradições em jogo e a capacidade de resistência dos setores populares e democráticos da sociedade. O temor da reação das ruas, principalmente num ano de eleições municipais, fez com que até parlamentares governistas votassem contra o projeto da reforma da previdência e apoiassem a convocação da CPI. O Palácio do Planalto levou um grande susto!

Essas derrotas, entretanto, não devem alterar a trajetória do governo. FHC está comprometido até a medula com o projeto neoliberal, que avilta o país e provoca a exclusão social. Mas elas servem para reforçar a resistência à ofensiva das elites. Mostram que não há espaço para a conciliação com esse governo e que existe um grande potencial de luta contra as suas “reformas modernizantes”.

Previdência social: direito ou privilégio?

Jandira Feghali *

Na análise da “Proposta de Emenda à Constituição número 33-A”, encaminhada pelo Poder Executivo no ano passado, surge como indispensável uma reflexão prévia das condicionantes históricas que revelam sua gênese e atual inserção no contexto político-econômico-social de nossos dias. A partir daí torna-se mais fácil analisar as negociações entre as centrais sindicais e o governo, que resultaram num protocolo de acordo questionado por vários setores da sociedade.

Com a profunda crise capitalista da primeira metade do século XX, o liberalismo clássico começou a ser abandonado em seus princípios basilares. As conquistas dos trabalhadores, o socialismo na ex-União Soviética, a opção capitalista - em face das circunstâncias adversas - pelo Estado intervencionista e a montagem inicial do que veio a ser chamado de “Estado de Bem Estar” jogam o liberalismo no ostracismo aparentemente definitivo.

Fortemente marcada pela oposição ao “Estado de Bem Estar”, ao socialismo e ao papel do Estado como promotor do desenvolvimento, forma-se uma rearticulação radicalizada que prega o retorno às origens do liberalismo. Ela propaga um endeusamento cego das forças do livre mercado, expurgan-

do, no rastro de sua lógica, todos os elementos progressistas e emancipadores. A igualdade entre os seres humanos é um dos principais conceitos abandonados, passando-se à defesa da desigualdade como fruto benéfico e positivo da liberdade humana.

Desmonte do Estado, desregulamentação máxima das atividades econômicas, redução dos gastos públicos, individualismo exarcebado intencionando gerar uma “sadia competitividade”, restrição de direitos sociais e da própria democracia, são alguns dos dogmas surgidos com o novo conteúdo das teses liberais. Essas são as teses básicas do agora conhecido como neoliberalismo.

Hibernadas durante largo espaço de tempo, voltam a renascer paulatinamente, em meio a importantes alterações no cenário his-

tórico. Aproveitando-se das rápidas mutações que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas vem ocasionando nos modos de produção, experiências isoladas da década de 70 (Chile, a partir de 1973) começam a assumir maiores proporções com as eleições de Thatcher e Reagan, na Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente.

Dada a força desses países, especialmente dos EUA, espalham-se pela Europa e, no final dos anos 80, tais idéias são impostas a diversas nações da América Latina. Tendo suas vigas mestras alinhavadas em seminário realizado nos Estados Unidos no início dos anos 90, hoje conhecido como "Consenso de Washington", o novo idéario torna-se símbolo da modernidade e é reforçado pelo desmoronamento do Leste Europeu. Com a queda do socialismo e o resultante refluxo nos movimentos populares, esfacela-se a resistência e está aberto o caminho para a devastação neoliberal.

Embasados nos princípios aqui rapidamente explicitados, não é difícil imaginar as consequências de um clima ideológico em que o mercado a tudo subordina e a competição é exaltada em níveis prodigiosos. Em condições de gritantes desigualdades sociais e internacionais, já pré-existent, deslancha-se um atroz darwinismo econômico-social que resulta na dominação crescente de poucos sobre muitos, num processo de exclusão em escala aterradora.

Hoje, numa população mundial ativa de 2,8 bilhões, calcula-se que 820 milhões de pessoas estão desempregadas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que menos de 10% da humanidade participa plenamente das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais. O esgarçamento do tecido social, o aumento da violência, da criminalidade e da corrupção, o ressentimento e a frustração das massas, constituem resultantes, praticamente em todo o planeta, da fria lógica das abstrações numéricas a subjugar os anseios e as necessidades dos seres



humanos. Afastam-se a solidariedade, a ética, o primado do interesse coletivo. Resta o "salve-se quem puder", a feroz luta pela sobrevivência.

Nacional-desenvolvimentismo é substituído no Brasil por um modelo bem mais perverso

No final dos anos 80, termina no Brasil o ciclo de industrialização nacional baseado, em sua essência, no modelo de substituição de importações, com forte presença do Estado como indutor do desenvolvimento. Este modelo acabou por gerar uma economia sólida, mais ou menos autônoma, um espaço nacionalmente integrado e acelerada urbanização. A partir daí o país viu-se envolvido numa crise que poderíamos chamar de falta de definição de um novo ciclo histórico.

Aquele modelo foi responsável pelo avassalador endividamento externo do país, que teve o seu cume com a crise da dívida, no início dos anos 80, além de resultar numa terrível concentração de renda, que aprofundou a exclusão social e sérias dificuldades e desigualdades regionais. Apesar disso, o país, mal ou bem, conseguiu construir uma base econômica madura, potencialmente preparada para garantir um salto no desenvolvimento econômico-social.

É bom lembrar que, de permeio às sucessivas crises políticas, o projeto desenvol-

vimentista foi conduzido sob a hegemonia, no processo, dos setores que acreditavam na intervenção do Estado como motor do desenvolvimento. Eram, portanto, desvinculados do centro do pensamento ideológico liberal, derrotado nos vários embates ocorridos no período. Exatamente no vácuo do esgotamento desse modelo, que pode-se batizar de nacional-desenvolvimentista, e na falta de um projeto estruturalmente definido para dar continuidade ao desenvolvimento nacional, ganha força o pensamento liberal em voga no mundo.

Ao invés da busca de alternativas de um desdobramento a partir das condições existentes em direção às necessidades do povo brasileiro, os neoliberais, submissos aos desejos de fora, resolvem desestruturar o passado histórico. Eles procuram anular uma matriz produtiva completa e tentam implantar um projeto inteiramente divorciado da realidade objetiva brasileira, alicerçado nas diretrizes primordiais do mencionado "Consenso de Washington".

Sangria da dívida externa e interesses do capital são as causas da crise do Estado

Em razão da mal explicada perda da capacidade de financiamento do Estado, aprofundam-se medidas de abertura irresponsável da economia; libera-se a movimentação de capitais, no geral especulativos; reduz-se drasticamente o papel do Estado; privatiza-se sem critérios; abolem-se monopólios estatais estratégicos; desregulam-se as atividades econômicas; realizam-se cortes dramáticos nos investimentos públicos; privilegia-se, acima de tudo, uma frágil estabilidade econômica; sobrevaloriza-se a moeda; pratica-se uma ficção cambial; aumentam-se as importações; desviam-se recursos fundamentais para o eterno pagamento das dívidas externa e interna; acumulam-se déficits crescentes. Por fim, vale destacar as taxas de juros elevadas à estratosfera, como garantia de rendimento

dos capitais externos, hoje sabidamente especulativos e, por conseguinte, basicamente voláteis, levando a dívida interna a patamares explosivos. Qualquer semelhança com as teses centrais do neoliberalismo adotadas nos mais variados países não é mera coincidência.

E a cantilena é, bem aparadas as coisas, uma só: perda da capacidade de financiamento do Estado. Ora, é bom que se diga que o Estado brasileiro não é deficitário, não tem déficit primário. Segundo dados oficiais, arrecadamos US\$ 88 bilhões em 1994 e gastamos US\$ 67 bilhões. Onde está o déficit? Basta registrar que o Brasil gastou US\$ 99 bilhões com encargos do endividamento interno e externo. Aí, sim, podemos localizar as dificuldades de caixa. O problema não reside na relação arrecadação/gasto, mas sim no compromisso de cumprir, docilmente, os acordos com os credores internacionais e sustentar dívidas absolutamente impagáveis.

A sangria da dívida externa, o endividamento exponencial para prover o capital privado e o domínio do Estado, mínimo que seja, pelos interesses do grande capital são as verdadeiras causas da perversidade dos efeitos. Em vez de discutir uma alternativa soberana que aproveite e desenvolva nossa capacidade instalada e expanda o mercado interno para incluir a imensa massa de excluídos e marginalizados, opta-se por um modelo imposto de fora e socialmente iníquo.

Este é o contexto em que está embutida a pretendida reforma da previdência - não por acaso um dos pontos relevantes relacionados pelo tantas vezes citado "Consenso de Washington". Visões de mundo, da história e da humanidade se chocam no debate sobre assunto que a todos interessa de perto. A hora, sabemos todos, é de resistência. Na ordem do dia estão o desmantelamento do "Estado de Bem-Estar" e o predomínio da lógica do mercado.

O resultado do primado da eficiência econômica, relegada como mero detalhe à imensa maioria dos seres humanos, é um assustador processo de exclusão, com catastróficos índices de desemprego, cortes drás-

ticos de benefícios e políticas sociais. Sem meias palavras, o vice-presidente do *Deutsche Bank*, Kurt Kasch, clareia o cenário: "Na Alemanha alguém terá de dizer a 2 milhões de pessoas que nunca mais trabalharão em outra coisa senão em serviços de baixa remuneração". Se conseguirem emprego, acrescentamos nós!

Retiram-se direitos duramente conquistados pela luta corajosa de várias gerações. As forças da barbárie, inacreditavelmente insensíveis, iluminam o caos ao fim do túnel neoliberal. A revolta popular, exemplificada pelos acontecimentos recém ocorridos na França, tende a se manifestar de modo mais agudo. A humanidade está diante de uma opção de sobrevivência coletiva.

A apregoadada catástrofe da previdência é uma mentira imposta como senso comum

No cerne da questão, agora e mais adiante, a decisão se o Estado deve assumir o compromisso com a dignidade da vida de cada cidadão no interior de uma sociedade solidária, ou se, praticamente omissa em sua atuação, deve deixar a cada um, individual e isoladamente, a dignidade que puder alcançar numa sociedade competitiva e atomizada. Situado o contexto, centremos agora a nossa atenção no assunto em discussão - a reforma da previdência.

A universalidade do sistema de proteção social foi uma grande conquista do povo brasileiro, inscrita na Constituição de 1988. O conceito de seguro social é substituído pelo de seguridade social, entrelaçando a previdência, saúde e assistência social, reforçando a responsabilidade do Esta-

do e colocando no centro do sistema o cidadão e sua família. Infelizmente, o Governo e seus representantes tergiversam sobre a essência do debate e o localizam em dados sem fundamentação, apontando a falência iminente da previdência e a solução no corte de privilégios - como se alguém os defendesse - e benefícios.

Não é verdade a anunciada falência da previdência social. Deve-se destacar que não chegou ao Congresso Nacional nenhum dado atuarial ou projeções futuras do Regime Geral dos servidores públicos civis e militares ou mesmo dos chamados regimes especiais. Aliás, há vários anos que a Secretaria Atuária do Ministério foi extinta. A repetição pela mídia, no entanto, da catástrofe iminente, acaba por transformar-se em verdade na opinião pública. Segundo dados oficiais do Ministério, o superávit tem sido uma constante na previdência.

Grave é o fato de que ainda são brutais os desvios de recursos, sonegação e fraude, reduzindo de forma considerável o orçamento da seguridade social e prejudicando seus objetivos. Muito tem-se discutido - com razão - sobre os fraudadores em função de



benefícios milionários, hospitais superfaturando serviços, entre outras denúncias.

Mas quero chamar a atenção para uma fraude política inaceitável, pois caracteriza o desrespeito à Constituição e à sociedade. Historicamente, o orçamento da previdência social, o maior do país, vem sendo desviado de seus fins e aplicado em obras e projetos faraônicos bastante questionáveis. Mais recentemente vem sofrendo assaltos permanentes da equipe econômica, com o objetivo de suprir os rombos causados pela galopante dívida externa.

Para se ter uma idéia, o recolhimento do Cofins, PIS/Pasep e contribuições sobre o lucro de pessoas jurídicas são feitos pela Receita Federal, o que confere ao Tesouro um “poder ilegal” sobre 30% do total da arrecadação, tornando vulneráveis os recursos da saúde, assistência e previdência aos desejos políticos-econômicos do governo. Daí, uma emenda de minha autoria e de outros parlamentares, assegura aos órgãos próprios da seguridade a arrecadação, fiscalização e administração dos recursos.

Por tudo isso perguntamos: como concordar com uma apressada reforma que violenta e corta benefícios e direitos adquiridos; promove o desmonte da assistência social; e abre as portas para a privatização da previdência? Isto quando se sabe que os problemas estruturais da seguridade estão na arrecadação, na omissão e na lógica da política econômica do governo. Qualquer reforma deve, portanto, atingir estas questões estruturais, a começar pela sempre negada auditoria nas contas da previdência social.

As centrais sindicais deram fôlego ao projeto moribundo do governo neoliberal de FHC

Um tema que mexe com a vida de três gerações não pode ser tratado da maneira

leviana e açodada que revela uma irresponsabilidade histórica. “Acordos” e “negociações” meramente pontuais, mantidos retrocessos evidentes, não passam de jogo de cena para enganar a sociedade, apressar uma votação sem prévia discussão que informe a todos sobre o que está verdadeiramente sendo alterado.

Neste cenário, é preciso afirmar que o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, enredou-se na armadilha de um ato governamental que buscava tão somente legitimar e dar fôlego a um projeto moribundo - o que de fato acabou por conseguir. E isto exatamente no momento em que o governo enfrentava sérias dificuldades para aprovar no Congresso Nacional uma proposta prejudicial aos trabalhadores ativos, inativos e pensionistas. Respeitada a autonomia sindical, que sempre defendemos, faz-se necessário criticar o papel de cedência de Vicentinho em todo esse processo.

O tão propalado “acordo” jogou milhões de trabalhadores na marginalidade do sistema de previdência social. Questões como a constitucionalização dos desvios acima citados para pagamento dos encargos previdenciários da União - incluído na última versão do substitutivo do relator e absurdamente aceito pelos sindicalistas presentes nas reuniões paralelas patrocinadas pelo governo - atingem diretamente a manutenção da seguridade social.

Negociação com prazo marcado não é coisa que pode ser considerada séria. Não passa, repito, de um jogo de cena que interessa, apenas, ao governo. Lamentável é ter que reconhecer que algumas lideranças sindicais, longe de se espelharem na atitude dos que resistem na França e agora na Alemanha, tenham se referenciado nos que se rendem diante das elites. No entanto, a população saberá mobilizar-se para defender uma previdência pública e universal e seus direitos duramente conquistados com muita luta e sacrifícios. Ainda é tempo!

* Sindicalista da área de saúde e deputada federal pelo PCdoB do Rio de Janeiro

Previdência e sindicatos: o preço da subalternidade

Emílio Gennari *

Os meios de comunicação têm comentado amplamente o protocolo de acordo entre as centrais sindicais e o governo sobre a reforma da previdência. Parlamentares, sociólogos, especialistas em direito previdenciário e sindicalistas já apontaram as perdas que os trabalhadores vão amargar com a aposentadoria por tempo de contribuição. Ao escrever esta matéria, nosso objetivo é mostrar que a luta contra a reforma da previdência já nasceu morta até mesmo no interior de parte dos setores mais radicais do movimento sindical brasileiro.

Morta não só em função das ações deste ou daquele dirigente ou, ainda, da ausência de uma ampla organização ao nível dos locais de trabalho capaz de garantir, através da ação das massas, um maior poder de barganha aos que hoje representam teórica e legalmente a vontade dos trabalhadores. Mas morta porque sua própria gestação foi alicerçada e conduzida nos estreitos limites estabelecidos pelas classes dominantes.

Há anos os governos afirmam que o problema central da previdência no Brasil, como no restante dos países industrializados, estaria na diminuição do número de contribuições dos trabalhadores na ativa em relação ao aumento dos aposentados e pensionistas, fato esse que acabaria criando um descompasso inevitável entre o que é

arrecadado e o que é gasto no pagamento dos benefícios. Diante desta realidade, ou o sistema previdenciário brasileiro seria submetido a uma série de mudanças profundas e imediatas, ou, a curto prazo, ele se tornaria inviável.

É importante observar que, aos poucos, estas afirmações passaram a se tornar parte do senso comum da sociedade e foram incorporadas nas falas dos próprios dirigentes sindicais até serem transformadas pelo governo em ponto de partida para as negociações com os partidos de oposição e os sindicatos. Dessa forma, as classes dominantes poderiam garantir, de um lado, que a ação da esquerda se desenvolvesse numa situação de subalternidade em relação às necessidades e aos interesses das classes dominantes e, de outro, o

próprio governo teria melhores condições para aceitar e até apropriar-se das críticas que há tempo os movimentos sociais organizados vêm dirigindo aos privilégios, à sonegação e às fraudes.

De fato, uma vez consolidado o consenso de que a crise da previdência deita raízes na desproporção entre o número de trabalhadores na ativa que contribuem para alimentar os seus cofres e o número dos que dela se beneficiam, as denúncias apresentadas pelos movimentos passariam a ser veiculadas pelo discurso das classes dominantes apenas como problemas e desvios que podem ser corrigidos por uma administração mais eficiente do Estado, ao qual compete a tarefa de combater e punir os infratores.

Neste clima de consenso, não é de estranhar que, diante das investidas do governo, a própria ação da CUT tenha se limitado a defender a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço de acordo com a legislação vigente e a pressionar para o fim de algumas aposentadorias especiais, sem questionar a própria natureza da crise do sistema previdenciário. A luta contra as reformas propostas pelo governo ganhava assim as características de uma ação que se esgotava na tentativa de preservar os trabalhadores de um prejuízo maior, isolada e separada até das lutas salariais que, bem ou mal, continuam a se desenvolver em todo o país.

Depois destas afirmações, o leitor pode ter a impressão de que estamos forçando a barra ou trocando vaga-lumes por faróis de milha. Mas temos certeza de que os dados que apresentaremos a seguir o convencerão do contrário. Em primeiro lugar, é necessário examinar de perto a participação dos itens de receita na receita total do sistema previdenciário brasileiro nos últimos cinco anos: [1]

Ano	Contribuições de empregados e empregadores sobre a folha de salários	Transferências da União	Aplicações financeiras dos saldos de caixa e resgate de títulos de bonificação e aluguéis
1991	83,36%	11,41%	5,23%
1992	81,24%	3,35%	15,41%
1993	85,73%	6,05%	8,22%
1994	84,36%	6,87%	8,77%
1995	88,16%	7,67%	4,18%

Observação: Os dados de 95 referem-se ao período que vai de janeiro a outubro.

Os dados que acabamos de apresentar revelam que nos últimos cinco anos a porcentagem referente às contribuições sobre a folha de salário manteve-se, em média, na casa dos 84,5% [2], ou seja, a quase totalidade dos recursos arrecadados tem como base o salário dos trabalhadores.

Crise da previdência tem sua origem no padrão de acumulação do capitalismo

Agora, se tomamos como referencial para cálculo das perdas salariais acumuladas neste mesmo período apenas a diferença entre os índices de inflação apurados pelo Dieese e os índices oficiais do governo, não será difícil perceber que o reajuste necessário para recompor o poder de compra dos salários supera a marca dos 50%. Como o arrocho salarial é um ator que tem sua presença garantida no cenário nacional há bem mais de 20 anos, podemos constatar sem grandes esforços de análise que a origem da crise da previdência social brasileira não deve ser buscada na desproporção entre o número de contribuintes e o de beneficiados.

Ela deve ser procurada sim no padrão de acumulação e espoliação que há anos vem sendo adotado em nosso país e que tem arrochado brutalmente os salários dos trabalhadores sobre os quais são calculadas as contribuições para o sistema previdenciário. Se a isso acrescentarmos uma evasão das contribuições previdenciárias, sobre a folha de salários, da ordem de 40% [3] e o aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada, não é difícil percebermos que as afirmações da classe dominante sobre a natureza da crise da previdência tornam-se insustentáveis.

Mas isso não é tudo. No que diz respeito à transferência de recurso do caixa da União para o sistema previdenciário, cuja

porcentagem apresentamos na tabela acima, é necessário esclarecer que a Constituição brasileira, além das contribuições sobre a folha de salários, prevê que como fontes de financiamento da previdência sejam usadas receitas oriundas de contribuições calculadas sobre o lucro e o faturamento das empresas e sobre concursos e prognósticos (loterias, apostas, Papa Tudo, Tele Sena, etc.) que são depositadas no caixa do Tesouro Nacional.

Contribuições às quais deveriam se somar os recursos fiscais do governo para o custeio das aposentadorias e pensões do funcionalismo federal [4]. De acordo com os dados do Instituto de Economia do Setor Público (IESP), que citamos anteriormente, elaboramos a tabela que segue para visualizar o volume de dinheiro envolvido nestas transferências ao longo do período considerado:

Ano	Contribuições de empresas sobre lucro e faturamento + recursos oriundos de concursos e prognósticos	Recursos da União para o custeio das aposentadorias e pensões do funcionalismo federal
1991	R\$ 2.992 milhões	R\$ 485 milhões
1992	R\$ 722 milhões	R\$ 301 milhões
1993	R\$ 1.794 milhões	R\$ 88 milhões
1994	R\$ 1.389 milhões	R\$ 747 milhões
1995	R\$ 1.792 milhões	R\$ 222 bilhões

Observação: Os dados de 95 referem-se ao período que vai de janeiro a outubro.

Se observarmos atentamente a tabela, e lembrarmos que os valores referentes as contribuições sobre o lucro e o faturamento das empresas, bem como os recursos oriundos de concursos e prognósticos, por lei, estão à disposição do governo exatamente para financiar a previdência, não é difícil perceber que aquilo que poderíamos chamar de "dinheiro novo" (os recursos para o custeio das aposentadorias e pensões do funcionalismo federal) a ser desembolsado pela União é algo extremamente irrisório. Isto significa que, na verdade, quando o governo anuncia que está repassando recursos à previdência, na maioria das vezes está apenas repassando parte do dinheiro que já existia para este fim, sem criar rombos no seu orçamento.

Nesta altura, a nossa curiosidade nos obriga a uma pergunta impertinente: se em 1995 o governo federal conseguiu encontrar sem grandes dificuldades R\$ 5,5 bilhões como empréstimos a juros subsidiados para salvar o Banco Nacional e mais R\$ 7,5 bilhões para salvar o Banespa, por que há tantas dificuldades para achar uma merreca de dinheiro para a previdência? Muito provavelmente porque o Estado brasileiro, como todo Estado capitalista, não mede esforços e recursos para salvar os patrões, usando para isso inclusive os recursos que deveriam ser destinados à saúde, educação, saneamento básico, transporte e, olha só, à própria previdência social.

Com a ajuda das centrais, burguesia retomou ofensiva para garantir sua reforma

O leitor nos desculpe, mas, olhando agora para as centrais sindicais, é no mínimo curioso, e ao mesmo tempo intrigante, reconhecer que estes elementos não foram usados no decorrer da luta sequer para levar adiante uma crítica mais contundente aos mecanismos de exploração que imperam na nossa sociedade, ou, pelo menos, para educar os trabalhadores quanto ao papel do Estado capitalista. No mínimo, trata-se de um sinal de que a integração de setores da esquerda à ordem desejada pelas classes dominantes anda muito bem, obrigada.

Infelizmente, porém, a lista dos prejuízos para o movimento sindical não pára por aqui. O protocolo do acordo deu ao governo federal uma nova chance para tentar viabilizar a reforma da previdência social que há um ano vem se arrastando no Congresso Nacional pelo receio que os parlamentares governistas têm de votar a favor de uma reforma impopular. Com a ajuda das centrais, a burguesia pode agora retomar o fôlego necessário para garantir que a própria reforma da previdência se processe sob seu controle nos rumos de uma transição mais lenta da situação atual para a sua proposta original. De



fato, para quem ainda acha que a aposentadoria por tempo de serviço e de contribuição “é tudo a mesma coisa”, vai aqui o comentário do Delfim Netto sobre o protocolo de acordo das centrais com o governo. “O remendo aguenta uns oito ou dez anos”. [5]

Se isso não bastasse, o dito protocolo esvaziou as manifestações de protesto que haviam sido marcadas para combater a proposta de reforma da previdência do governo e fortaleceu no senso comum dos trabalhadores a idéia de que, de agora em diante, o fato de não perder direitos já conquistados pode ser considerado uma grande vitória. A lógica do mal menor, na verdade, apenas reafirma para o conjunto das classes trabalhadoras a necessidade destas conformarem-se em viver permanentemente as consequências de sua posição de subalternos das classes dominantes. Posição que os faz sentir aliviados pela percepção, pouco consoladora, de que poderia ter sido pior.

* Integrante do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio

NOTAS

- 1- Os dados que apresentamos na tabela foram por nós elaborados a partir da Tabela 1 publicada em **Indicadores IESP** (Instituto de Economia do Setor Público), volume 4, número 47, dezembro de 1995, pg.17.
- 2- Se analisarmos os dados publicados na página 33 do caderno do Sindfisp/SP, **Previdência Social: rumos de uma transformação**, referentes ao período que vai de 1970 a 1989, percebemos que esta média mantém-se em 83,9%, ou seja num nível pouco inferior ao que foi apurado no período de cinco anos por nós considerado.
- 3- Dado publicado em **FCP Sindical** do Sindfisp/SP, número 20, out/nov-95, pg.8
- 4- Dizemos “deveria” porque, por exemplo, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 1995 o governo federal não depositou nos cofres da previdência nem um centavo para cobrir o dinheiro que saiu destes mesmos cofres para o pagamento de aposentadorias e pensões do funcionalismo federal.
- 5- Comentário publicado na Gazeta Mercantil de 18/01/96.

Dilema do “sim e do não” afeta a cúpula cutista

Bernardo Joffily *

Tudo indica que o acordo (ou entendimento) de 15 de janeiro sobre a reforma da Previdência Social, com o aval da CUT de Vicente Paulo da Silva, entrará para a história do movimento sindical brasileiro. Não só pelo seu próprio mérito, pelo resultado concreto das negociações das centrais com o governo, mas também pela dimensão e significado da presença da cúpula cutista neste processo bastante complexo e polêmico.

Nem sempre é fácil distinguir, à primeira vista, os fatos que fazem história. Em 10 de junho de 1917 as operárias do cotonifício Crespi, no Brás, cruzaram os braços pensando apenas num aumento de 25% no salário. Mas deflagraram uma greve geral que marcou época: quando os grevistas chegaram a 70 mil, o governo do Estado prudentemente retirou-se da capital paulista. Os metalúrgicos da Scania de São Bernardo do Campo também estavam de olho no salário, em 12 de maio de 1978, quando iniciaram a grande safra de greves que ajudou a enterrar a ditadura. Em contrapartida, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, provavelmente queria apenas garantir sua integridade física, quando escapuliu por uma janela durante a irada assembléia metalúrgica, em outubro do mesmo ano. Mas estava criando o emblema do peleguismo avesso a greves, que provo-

cou a renovação de boa parte do sindicalismo brasileiro nos anos que se seguiram.

A coragem do presidente da CUT um dia vai ser avaliada”, prevê Luís Antonio Medeiros

O acordo de Vicentinho tem todo jeito de ser um evento desse tipo: o tipo que, queiram ou não os seus protagonistas, marca profundamente a trajetória do sindicalismo. O presidente da CUT Nacional mede as palavras ao descrevê-lo, ao contrário do que fez em 1992, ao anunciar o hoje desmoralizado acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva. Porém, outros se encarregaram de evidenciar essa dimensão histórica.

O editorialista do *Estado de S. Paulo* (20/1/96) avaliou o embate entre “radicais” e

“realistas” do sindicalismo, em torno da previdência, como “talvez um dos mais importantes fatos políticos de que se tem notícia nos últimos anos”. “Importantíssimo”, concordou seu colega da *Gazeta Mercantil* (18/1), jornal de burgueses para burgueses, sempre tão sóbrio no uso dos superlativos.

Até Luís Antonio de Medeiros declarou sua admiração: “Trata-se de um ato histórico, na medida em que logrou contar também com o admirável apoio do presidente da CUT”; “uma extraordinária vitória”, disse o líder da Força Sindical. “O que o acordo possibilita é a votação do projeto que já se imaginava morto”. E prossegue: “A coragem do presidente da CUT um dia vai ser avaliada em sua verdadeira dimensão”. “O tímido, mas simbolicamente poderoso entendimento para a reforma da previdência, é o primeiro passo para o grande e amplo acordo em torno das demais reformas”.

Ao que parece, no momento seguinte Medeiros enciumou-se com a paixão da mídia por seu parceiro de acordo. Também, pudera! Nunca se viu os holofotes dos meios de comunicação se fixarem tão prolongada e generosamente num líder sindical como neste janeiro de 1996, menos ainda assim a frio, sem uma forte maré mobilizadora da base a provocar o interesse. Medeiros tinha bons motivos para enciumar-se...

O próprio Fernando Henrique Cardoso, espertamente, foi comedido em suas falas públicas sobre o assunto. Sabe-se porém que, em privado, vangloria-se por ter acertado com as centrais sindicais a reforma previdenciária que na França de Jacques Chirac provocou três semanas de greve geral.

O acordo só traz recuos, concessões e perdas para os trabalhadores

Afinal, o que há de tão histórico no acordo centrais-governo sobre a reforma da previdência? Para responder a esta questão não é indispensável esmiuçar o mérito dos pontos acordados. Eles merecem ser esmiuçados.

Distinguem-se por só cortarem direitos previdenciários (no valor total, calculado pela *Veja*, de 3,1 milhões de reais por ano), sem uma só “medida compensatória”. Mas são apenas uma fração da ofensiva geral em curso contra os direitos dos brasileiros que vivem de salário.

Também destinam-se ao esquecimento as manobras e contra-manobras que precederam e sucederam o entendimento. Passados uns poucos dias, já perdem relevo as declarações e desmentidos, almoços, solenidades, malabarismos, balões de ensaio e cortinas de fumaça que fizeram o dia-a-dia do acordo, na Praça dos Três Poderes, nas sedes das centrais sindicais e nas páginas da imprensa.

A história é assim: esquece o acessório para lembrar melhor o essencial. Quem lembra qual era o índice de reajuste dos grevistas de 1978 na Scania? Mas a história há de lembrar o que fez Vicente Paulo da Silva, presidente nacional da CUT, em nome de 2.200 sindicatos, em 15 de janeiro de 1996: avalisou com seu apoio uma reforma da previdência social que só traz recuos, concessões e perdas para os trabalhadores, em especial o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Lembrará a exclusão sumária dos trabalhadores sem carteira. Indagado por que eles ficaram de fora, Vicentinho foi curto e duro: “Porque eles não estão dentro. Na discussão não está se excluindo o setor informal. Simplesmente ele não estava incluído”.

A caricatura do “sim” e do “não” tem sentido profundo, subterrâneo e esperto

Com certeza a história lembrará também a principal justificativa para o acordo: “A CUT existe há 12 anos e nunca negociou com ninguém. Estou cansado de dizer não o tempo todo”. As excelências do “sim” e as inconveniências do “não” são um assunto recorrente no discurso de Vicentinho e de outros expoentes da Articulação Sindical, tendência majoritária da CUT.

À primeira vista, trata-se de um lugar-comum de fazer inveja ao conselheiro Acá-

cio. Nas negociações, que fazem parte do dia-a-dia sindical, não há dirigente xiita a ponto de só dizer “não”, ou submisso a ponto de só dizer “sim”. Além do mais, quem diz “sim” a determinada proposta necessariamente recusa a alternativa oposta, e vice-versa. Assim, colocar as coisas em termos de “sim” e “não” é uma simplificação, uma caricatura.

Porém, a formulação tem seu sentido mais profundo, subterrâneo e esperto. Ela não trata do “sim” e do “não” corriqueiros, mas dos essenciais. O sindicalismo deve contestar o “sistema”? ou será melhor acomodarse a ele? O dilema acompanha os sindicatos desde o berço e tem dimensão planetária, embora com particularidades nacionais. Apenas por comodidade, pode ser rotulado com a simplificação caricaturesca do “sim” e do “não”.

O problema, o drama de Vicentinho e da Articulação Sindical é que a CUT nasceu sob o signo do sindicalismo contestatório, “combativo”, ou “autêntico”, como se dizia na época. Nasceu e cresceu na crista da grande onda sindical e grevista que varreu o Brasil nos anos 80. A realidade mundial era outra, de maré vazante, sob o impacto da Terceira Revolução Industrial, do desemprego estrutural, da flexibilização de direitos e empobrecimento da massa de assalariados, da ofensiva neoliberal e da crise do socialismo, da perplexidade, dessindicalização e desesperança dos trabalhadores. Mas não no Brasil, onde fatores específicos produziram uma grande contra-corrente, um grande movimento e uma grande central sindical de tipo contestatório. O conflito entre o “sim” e o “não” já impregnava a vida da CUT, mas a contestação dava o tom, impulsionada pelo movimento real.

Com os anos 90, a maré baixa sindical chegou ao Brasil e pôs em xeque o sindicalismo contestatório da CUT. Em março de 1991, formava-se a *Força Sindical* de Medeiros. Cinco meses depois, o 4º Congresso da



CUT espelhava um virtual empate entre os seus defensores e os adeptos do sindicalismo propositivo. Já no 5º Concut, de 1994, a Articulação Sindical consolida a visão propositiva e consegue uma maioria considerável, embora ainda não de todo confortável. É o congresso de despedida de Jair Meneguelli, presidente da central desde 1983, integrante da Articulação mas tido como intransigente e identificado demais com a tradição dos anos 80, de um sindicalismo brigão. Vicentinho assume a presidência, à frente de uma chapa única plural com hegemonia da Articulação. Ganha impulso a transição da central, do “não” para o “sim”.

É uma transição e não uma virada brusca. Comporta ainda sinuosidades e dubiedades. Ainda em 17 de dezembro, menos de um mês antes do entendimento da Previdência, Vicentinho declara ao Estadão: “O Brasil tem um movimento sindical crescente comparado com a realidade do mundo: cresceu o número de sindicatos e especialmente de filiações à CUT. Por isso, quando assumi a presidência da central, eu esperava que tivéssemos muita capacidade de mobilização, especialmente num regime democrático. Isso não aconteceu e não foi por falta de data nem de proposta. Nós tentamos e fizemos algumas mobilizações importantes, mas todas elas foram aquém do que imaginávamos. Pessoalmente, diante das ameaças contra os direitos dos trabalhadores, eu esperava fazer uma greve geral este ano (1995)”.

**Da “revolução em dois anos”
à declaração do “sou
socialista mas não besta”**

Aqui, vale dedicar duas palavras ao personagem Vicente Paulo da Silva, riograndense do norte transferido para o ABC Paulista na grande leva migratória dos anos 70, metalúrgico da Mercedes Benz, 39 anos, casado pela segunda vez e pai de seis filhos. No início dos anos 80, ele era conhecido como *Lulinha*, por imitar Lula com perfeição, no conteúdo, no estilo e até no tom de voz dos seus discursos. Mas ao assumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em 1986, já construiu seu próprio tom, estilo e seu próprio conteúdo.

Vicentinho é, sem favor, uma das maiores cabeças da safra de dirigentes sindicais e políticos que os metalúrgicos do ABC produziram. É um sindicalista que lê, bem mais que os jornais do dia, contrariando uma aversão aos livros muito encontrada nos sindicalistas brasileiros em geral e nos do ABC em particular. Ao assumir a CUT nacional, voltou a trabalhar na Mercedes de São Bernardo, ao menos um dia por mês - um sistema que mereceria a atenção e a simpatia dos sindicalistas avançados.

No entanto, este mesmo Vicentinho, que não faz muito tempo queria “fazer a revolução em dois anos”, tornou-se o expoente maior do sindicalismo do “sim”, propositivo, para não dizer acomodado. Quando lhe perguntam se é socialista, responde na lata: “Sou socialista mas não sou besta”. Não se trata de uma opção meramente pessoal, mas da escolha política de uma corrente do sindicalismo brasileiro, que tem Vicentinho como expoente, porta-voz e garoto propaganda. Com ele, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a seguir a CUT modificam silenciosamente sua escala de prioridades.

Distanciam-se do sonho (“besta”?) de uma transformação profunda do país para se concentrarem num prosaico aqui-e-agora, cuja pauta é ditada pelo projeto neoliberal. Dão mais ênfase à negociação que à luta.

Apostam pesado no “tripartismo” (acordos firmados entre representantes dos patrões, governo e trabalhadores). Ontem, anunciavam o acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva como uma “nova etapa” modernizante na luta dos trabalhadores. Hoje, aprovam e defendem o acordo da previdência. As grandes mobilizações e greves são cada vez mais vistas como fenômenos de um passado heróico mais distante, sem muita viabilidade ou razão de ser nos novos tempos da modernidade. De vez em quando, por honra da firma, marca-se um dia de greve geral, que a seguir vira dia nacional de paralizações e protestos, e passa mais ou menos em brancas nuvens.

Para o governo, o mundo patronal polarizado pela Fiesp e o “partido único” da mídia, isso é quase o melhor dos mundos. Pelo menos, muito melhor que tentar ressuscitar Luís Antonio de Medeiros, também muito capaz porém com origem biônica, inserção sindical bem mais precária, malcheirosas conexões com o esquema PC-Collor e desastrosa performance eleitoral como candidato de Maluf em 1994. Cada passo da CUT no rumo do “sim” desperta nessa gente um aplauso mais forte, que chegou ao franco entusiasmo com o acordo da previdência.

**Um “sim” puxa o outro e
qualquer “não” vira tabu,
sacrilégio ou palavrão**

O caminho do “sim” tem também suas pedras e seus espinhos. O entendimento de janeiro encontrou resistências declaradas de não poucos setores da área da CUT. Os partidos de oposição mantiveram a decisão de resistirem à reforma previdenciária, independente dos compromissos assumidos pela central. A bancada do próprio PT na Câmara Federal firmou esta postura, com apenas um voto contrário (de José Genoíno), mesmo ao custo de expor a divergência com o petista mais em evidência do momento, Vicente Paulo da Silva.

Mesmo dentro da Articulação Sindical houve críticas abertas, expressas por exem-

plo na *Folha Bancária*, jornal diário do poderoso Sindicato dos Bancários de São Paulo. A reunião da Direção nacional da CUT que avalizou *a posteriori* o acordo, no dia 4 de fevereiro, terminou sem brilho: 66 dirigentes votaram a favor, alguns bastante contrangidos, e 32 se retiraram em protesto contra a recusa em convocar uma instância mais ampla.

Mas o pior é que o rumo do “sim” tem sua lógica. Um “sim” puxa o outro e qualquer “não” vira tabu, sacrilégio ou palavrão. Já na solenidade de 18 de janeiro, Fernando Henrique anunciou na presença de Vicentinho que há outras matérias à espera de acordos semelhantes. Em seguida, o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, despejou uma quilométrica lista de direitos sociais a serem flexibilizados, de preferência mediante entendimento.

Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, passou logo à ação: assinou acordo com a Fiesp violentando logo meia dúzia de direitos sociais consagrados na Constituição e na CLT. E teve apoio frontal e explícito de Paulo Paiva, de Fernando Henrique e de seu porta-voz Sérgio Amaral, que só refluíram, muito a contragosto, quando a Justiça do Trabalho impugnou a mutreta. É impossível não ver a conexão entre essa folia desreguladora e a boa vontade do presidente da CUT com a reforma da Previdência.

Por amarga ironia, o entendimento de Vicentinho vem na esteira de vigorosos e vitoriosos “nãos” dos trabalhadores da França, Bélgica e Alemanha, confrontados com os planos previdenciários dos Fernando-Henriques de lá. Os observadores mais atentos já percebem neles, apesar do caráter geral defensivo, os primeiros germes da futura volta por cima do sindicalismo, o começo do fim da maré baixa.

Não se pode subestimar os desafios que esta volta por cima terá pela frente, devido às transformações concretas no mundo do trabalho, aos seus reflexos na consciência e organização dos trabalhadores. Apegar-se à defesa automática e acrítica do sindicalismo



do passado, em nome da combatividade, seria uma atitude tão grotesca como essa de eleger o “sim” como palavra-de ordem.

Ainda assim, e apesar dos pesares, a volta por cima virá. Não poderia ser diferente numa sociedade que, em nome da modernidade, oferece aos trabalhadores menos emprego, menos salário, menos aposentadoria, menos direitos sociais. E no trajeto ainda pouco nítido que leva a ela, pode estar certo, companheiro Vicentinho, de que há lugar para muitos, sonoros, criativos e combativos “nãos”.

O piqueteiro do riso

A unanimidade solene e burra da mídia, ao aplaudir o acordo da Previdência, quase não teve contrapeso. Os barões da imprensa mal permitiram que uma ou outra voz destoante se manifestasse, perdida nas colunas de opinião da imprensa escrita e abafada pelo aplauso atordoante da tevê. Entre esses ousados contestadores da ordem unida, vale destacar o cartunista Angeli.

Do seu posto de combate na página 2 da Folha de S. Paulo, ele agarrou o tema e não largou mais. Seu humor de soda cáustica, coisa seríssima, foi desvendando cada faceta de cada personagem, sem dó. Teve mais eficácia que toneladas de papel escrito, esse traço contundente como uma pedrada na testa, penetrante como um “miguelito”, e nem por isso menos bem-humorado, do nosso piqueteiro do riso. Valeu, Angeli!

* Jornalista, integrante do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

Congresso define novos rumos de atuação da CSC

Wagner Gomes *

A exemplo dos dois congressos anteriores da CSC, o primeiro que definiu pela sua própria criação e o segundo que aprovou o ingresso na CUT, o III Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista entrará para a história desta que já é hoje a segunda maior tendência cutista do país. O evento, realizado em Salvador (BA), entre os dias 25 e 27 de janeiro, marca uma nova fase da CSC, que a partir de agora deverá ter uma postura mais independente e crítica na central, inclusive com iniciativas próprias de mobilização dos trabalhadores.

Essa decisão, que sem dúvida terá reflexos nos destinos da CUT, foi tomada num congresso altamente representativo e democrático. Participaram do encontro 1026 delegados, representando cerca de 300 entidades sindicais de todo o país. Durante os três dias, em reuniões em grupo e plenárias gerais, os participantes discutiram em profundidade a atual conjuntura política e realizaram um balanço crítico da trajetória da central e da própria CSC.

Todo esse debate ocorreu sob o forte impacto das negociações de cúpula entre o governo e as centrais sindicais, que resultaram no chamado “acordo da previdência”. Conforme conclusão dos classistas, esse arremedo de “pacto” representou um duro golpe para os trabalhadores. Além do acordo

ser um desastre em seu conteúdo, as negociações acabaram seduzindo a CUT, que de fato dividiu as oposições (inclusive se contrapondo ao próprio PT) e desativou os protestos de rua contra a reforma da previdência social.

Em outros termos, o tal “entendimento” confirmou que as elites neoliberais se mantêm no ataque raivoso contra os anseios dos trabalhadores. Elas já estavam animadas com o quadro de defensiva mundial do movimento operário. E, agora, aproveitando-se do imobilismo reinante nas centrais, em especial na CUT, e da apatia de parcelas da população, anestesiadas pela estabilização conservadora da economia, procuram acelerar a implantação das suas “reformas modernizantes”, que aviltam a nação, agravam a exclusão social e ameaçam a democracia.

Na prática, o chamado “acordo da previdência” serviu para dar mais fôlego para os novos ataques já orquestrados pelo Palácio do Planalto, como o fim da estabilidade dos servidores públicos, maiores retrocessos na legislação trabalhista e novas medidas de estrangulamento dos sindicatos. Deu brecha ainda para que o arqui-pelego Paulinho assinasse um contrato vergonhoso que reduz os encargos sociais, extingue a carteira de trabalho e estimula a contratação temporária. Conclusão: mais alguns êxitos da barbárie neoliberal!

Apesar deste quadro adverso, a CSC reafirmou sua postura de resistência ativa ao neoliberalismo, de firme oposição ao governo FHC. Ela não entrou no canto da sereia do sindicalismo propositivo e do tripartismo, que só têm imobilizado a CUT e resultado em maiores danos para os trabalhadores. Durante o próprio evento, os mais de mil congressistas saíram em passeata pelas ruas de Salvador para protestar contra o “acordo da previdência” e denunciar os efeitos perversos do projeto neoliberal.

“Acordo da previdência” foi a exacerbção da política conciliadora da Articulação

Quanto à CUT, sua trajetória recente foi motivo de acalorados debates. Diante da postura conciliadora e hegemônica da corrente majoritária, a Articulação, alguns companheiros chegaram mesmo a propor a saída da central dos sindicatos sob hegemonia da CSC. Mas, ao final, apenas 17 delegados votaram a favor desta proposta. Venceu a opinião de que ainda há espaço para lutar por um sindicalismo classista no interior da CUT. De que ela continua sendo uma referência de luta dos trabalhadores e de que é nela que se dá a disputa pela hegemonia no que existe de mais atuante no sindicalismo brasileiro.

Os episódios recentes, no entanto, serviram para evidenciar que a CSC precisa alterar sua forma de atuação na central. Hoje não há mais dúvidas sobre o processo acelerado de



social-democratização da corrente majoritária. A insistência nos fóruns tripartites (governo-empresários-sindicatos), o desprezo pela mobilização ativa dos trabalhadores, os acenos de parceria com setores do patronato, etc., confirmam esta tendência. O badalado “acordo da previdência” foi apenas um sintoma de exacerbação desta política conciliadora e cupulista.

Além disso, para implementar esta concepção, que nega as origens da CUT e encontra resistências na sua própria base de apoio, a Articulação não vacila em aparelhar cada vez mais a central. O hegemonismo sufoca a entidade! Seja nas plenárias ou nas reuniões ampliadas da direção, o voto parece pura formalidade. O desrespeito pelas opiniões das demais correntes cutistas é acintoso. O uso da máquina, que é financiada pelas entidades filiadas, também é revoltante. E com o resultado da sua última plenária, que aprovou o tal “modelo orgânico”, a situação tende a se agravar, centralizando-se ainda mais o poder de decisão na central.

Para tentar reverter essa trajetória, a CSC tomou importantes resoluções. A primeira, relativa à política de alianças, objetiva viabilizar a maior aproximação entre as correntes cutistas de esquerda. Sem qualquer artificialismo ou mecanicismo, o objetivo é montar um bloco dos sindicalistas contrários às práticas conciliadoras e hegemônicas na central. Esse seria construído a partir das ações concretas de luta, como já ocorreu na feitura do manifesto conjunto contra o “acordo da previdência”. Nesse esforço, a presença durante todo o congresso de dirigentes da Alternativa Sindical Socialista (ASS) e do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) foi bastante positiva.

Congresso aprova campanhas nacionais de solidariedade a Cuba e contra o desemprego

Já a outra medida visa dar maior independência, dinamismo e visibilidade à própria CSC. O esforço será no sentido de que a

corrente organize e participe ativamente de todas as mobilizações dos trabalhadores, mesmo quando predominar a apatia e o imobilismo na cúpula cutista. No leito natural da luta de classes no país é que será possível enfraquecer as posturas conciliadoras e fortalecer o sindicalismo classista. É nele também que se forjará um bloco mais combativo no interior da central, capaz de servir como eficaz e maduro contraponto.

Com esse objetivo, o congresso aprovou a deflagração imediata de duas campanhas nacionais. A primeira de luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho. Essa bandeira está na ordem-do-dia, conforme atestam os índices alarmantes do aumento das demissões em todos os setores econômicos. A CSC deverá produzir materiais de divulgação específicos sobre o tema e ajudar a coletar um milhão de assinaturas para o projeto de lei de redução da jornada apresentado pelos deputados Paulo Paim (PT/RS) e Ignácio Arruda (PCdoB/CE).

A outra campanha nacional da CSC será em solidariedade a Cuba. A meta é “lotar um avião” com materiais escolares, que serão entregues durante a realização do 17º Congresso da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), no final de abril, em Havana. Essa resolução empolgou os congressistas e recebeu calorosos agradecimentos do dirigente da CTC, Danilo Vasquez, que participou do evento na Bahia. Esta campanha ganha ainda maior relevo diante das infames provocações dos EUA à ilha no final de fevereiro.

Para concretizar estas e outras resoluções, os congressistas discutiram ainda as formas concretas de estruturação e fortalecimento da CSC. Há consenso de que é urgente a construção de uma sólida e ágil estrutura para de fato emplacar esta nova fase. Além disso, é necessário organizar a CSC em todos os Estados e também por ramos de atividades econômicas, como forma de descentralizar as responsabilidades e dar mais vida à corrente. Por último, os presentes elegeram a nova coordenação nacional da CSC, composta por 15 companheiros.

* Membro da Executiva Nacional da CUT e coordenador-geral da CSC

8 de março: segregação, resistência e vitórias

Jô Moraes *

Difícil imaginar que as 129 operárias têxteis da fábrica Cotton, em Nova York, saberiam a dimensão simbólica de seu gesto. Em greve pela redução da jornada de trabalho, de 16 para 10 horas, ao verem suas reivindicações recusadas, decidem: "Se não nos ouvem com os teares parados nos ouvirão se ocuparmos a fábrica". Ingênua e heróica consciência! O capital nunca se propôs limites morais. Diante da audácia daquelas mulheres, deu a sua resposta: com ajuda da polícia, lacrou os portões e ateou fogo ao edifício.

O ano de 1857 presenciou, na nação que se tornaria a pátria do capital, os Estados Unidos, uma demonstração de sua selvageria: 129 mulheres queimadas vivas, junto com as máquinas que operavam. Melhor a perda econômica do que a concessão à resistência de suas opositoras. O prejuízo poderia ser reposto; a derrota histórica, não!

Talvez não exista acontecimento que simbolize, em toda a sua plenitude, o radical conflito de interesses entre essas duas classes. Dentro dos muros da fábrica Cotton uma lição de como o capital trata os que lhe sustentam! Um fato que demonstra um **divórcio inevitável**.

Quase um século e meio depois, em setembro de 1995, 35 mil mulheres chegam a Pequim. É a IV Conferência Mundial sobre

a Mulher convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nela, presentes representantes de governos e entidades autônomas de 185 países do planeta. Sobre as muralhas da China poder-se-ia comemorar o **século das fêmeas**.

Nestes cento e poucos anos que nos separam da morte das operárias, a humanidade experimenta tempos novos. Vivencia a utopia da igualdade social, mesmo que por pouco tempo e nos limites da experiência nascente. Sob os ventos dessa utopia vê sua metade mulher invadir a produção, arrancar direitos juridicamente reconhecidos, ocupar espaços na política, impor sua visibilidade ao Estado.

A sociedade do trabalho transforma-se na grande alavanca do progresso social desse

século. Nele, a permanente busca da igualdade de gênero. É numa Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em 1910, em Copenhague, que se define a mais universal data, o Dia Internacional da Mulher - 8 de março - numa homenagem as heroínas de Nova York.

As questões relativas às relações de trabalho foram secundarizadas em Pequim

As trabalhadoras que estiveram em Pequim puderam sentir que as questões relativas às suas relações de produção ocuparam pouco espaço nos debates e preocupações daquele fórum, principalmente no oficial. Na declaração aprovada na IV Conferência, apenas genéricas referências: "Promover a independência econômica da mulher, inclusive seu emprego e erradicar a carga persistente e cada vez maior de pobreza" (item 26). Ou: "Garantir o acesso das mulheres em condições de igualdade aos recursos econômicos, incluindo a terra, o crédito, a ciência e a tecnologia, a capacitação profissional, a informação" (item 35).

As questões das trabalhadoras perdera a centralidade comum às conferências do começo do século. Um reflexo da crise da sociedade do trabalho, com a interrupção das experiências socialistas.

Tratar as questões da mulher, de forma abrangente, foi uma conquista. As relações de gênero permeiam todas as dimensões da sua vida. E nas primeiras conferências convocadas pela ONU, o enfoque era restrito. Como nos lembra Diaye, "no México (1975), a mulher foi considerada, antes de tudo, na condição de mãe e, nessa ótica, é que se pode tratar dos assuntos a ela inerentes como, por exemplo, sua saúde". Mas, a secundarização que as relações de gênero no trabalho passaram a ter nos atuais fóruns feministas é um retrocesso. **Classe e gênero formam um casamento necessário.** A história já pode comprovar.

A luta da mulher contra sua opressão é secular. Heroínas e rebeldes já povoaram os diversos momentos da sociedade humana. Mas esta luta só assume uma dimensão orgânica e teórica com o aparecimento da perspectiva do trabalho! O desenvolvimento da sociedade industrial impôs a incorporação das mulheres à estrutura produtiva.

"Quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelas mulheres e crianças. As diferenças de idade e sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho cujo preço varia segundo a idade e o sexo" (Marx e Engels, 1847).

Essa incorporação, que se faz sob o manto das discriminações de gênero, é percebida pelos teóricos socialistas que buscaram, desde o início, compreender essa dimensão particular da opressão social. Nos seus primeiros escritos e congressos, esses teóricos registram os problemas enfrentados pelas trabalhadoras, embora nos limites das ainda pouco desenvolvidas ciências sociais. Talvez, simplificando alguns fenômenos, não compreendendo, em sua globalidade, as relações de gênero, mas buscando, continuamente, respostas programáticas para elas. Na Crítica ao Programa de Gota, Marx, em 1875, já levantava: "A regulamentação da jornada de trabalho deve incluir, na restrição do trabalho da mulher, o que se refere à duração e descansos da jornada".

Foi nos Estados socialistas que a mulher conseguiu o mais elevado nível de conquistas. Obteve a mais desenvolvida igualdade jurídica; teve acesso à rede de equipamentos sociais; incorporou à vida política com os mais altos índices de presença nos órgãos de representação (24% a 35%); sua escolaridade levou-a a representar 54% das pessoas diplomadas nas universidades da URSS!

Evidente que estes representavam apenas os primeiros e decisivos passos no caminho da emancipação feminina. Para muita coisa não se teve respostas, "notadamente no âmbito das relações familiares e do mundo doméstico" (Oliveira). Faltou ao Estado so-

cialista compreender e enfrentar o desafio de “retirar, da esfera privada, passando para a responsabilidade da sociedade, tudo que diz respeito à manutenção da existência - o trabalho doméstico e a educação das crianças, resguardando para o âmbito privado as relações afetivas, humanas, interpessoais entre homens e mulheres, entre pais e filhos e demais níveis de parentesco e amizade que a humanidade venha a desenvolver” (Sorrentino).

Apesar desses limites, comparativamente à sociedade do capital, esta foi a mais avançada experiência histórica no que se refere às relações de gênero. Enquanto durou!

A busca da centralidade do trabalho é uma exigência atual no debate feminista

No mundo da microeletrônica as operárias já não são mais queimadas. Até mesmo porque as máquinas que operam são muito caras. Mas o lacre dos portões passou para sua vida cotidiana. As discriminações e a segregação permanecem. E a feminização do mercado de trabalho torna ainda mais central o debate de gênero nas relações de trabalho. “Verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário” (Antunes). Na Europa, em 1991, as mulheres constituíam pouco mais de 40% dos ativos.

Estas transformações não são acompanhadas de mudanças na situação de subalternidade anterior. Os mecanismos de discriminação continuam a funcionar plenamente, “numa época de irresistível ascensão do emprego feminino” (Maruani). Um dos exemplos mais citados se refere ao trabalho de tempo parcial. “Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres

em ocupações de tempo parcial, em trabalhos ‘domésticos’ subordinados ao capital” (Antunes).

Em documento da ONU, datado de 1994, aparece uma crítica a esse momento de reestruturação econômica. “A situação das mulheres se complica ainda mais dado ao fato de as novas empresas do setor serem incapazes de manter os serviços sociais de apoio que compunham parte do emprego no sistema anterior ... tornando mais difícil a participação da mulher em atividades econômicas nas mesmas condições de antes”.

A busca da centralidade do trabalho no debate feminista é hoje uma necessidade imposta por essa incorporação crescente das mulheres no mercado de trabalho. Já não são poucas as que enfrentam as pesadas discriminações das relações de gênero no trabalho. Cabe às trabalhadoras resgatar esse desafio. E compreender que a “nova ordem” que implanta o Estado mínimo é a mesma que lhe confisca a possibilidade de equipamentos sociais (creches, lavanderias), destinando-lhes mais e mais tarefas domésticas. Esta é a ordem na nova escravidão.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. Ed. Cortez, 1995
- Marx, Karl. **Crítica ao Programa de Ghotá**.
- Marx e Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. Ed. Anita Garibaldi, 1989
- N’Diaye, Margaret. **De uma conferência a outra**, in *Viver diferentemente*, Ibase, 1996
- Maruani, Margaret. **Europa: a grande defasagem**, in *Viver diferentemente*, Ibase, 1996
- Sorrentino, Sara. **A origem da opressão de gênero e a classe operária**. Apostila, 1992
- Oliveira, Fátima. **A mulher no socialismo**. Apostila, 1991
- Martins, Lílíam. **Presença da Mulher**, número 3, 1987
- Cosenza, Gilse. **Presença da Mulher**, número 28, 1995
- Documentos das Nações Unidas A/49/378, de 1994, in *Proposta, Fase*, nº64.

* Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM) e colaboradora da revista *Presença da Mulher*



O significado histórico da greve geral na França

Augusto Cesar Buonicore *

Como um raio caído em céu sereno, os acontecimentos que sacudiram a França no final do ano passado deixaram perplexos políticos, sindicalistas e intelectuais de todos os matizes. De repente o que parecia ser a retaguarda do cambaleante sindicalismo europeu assumiu decididamente a sua vanguarda. Decerto estávamos longe dos heróicos acontecimentos de junho de 1848 ou da gloriosa comuna parisiense de 1871. Também não estávamos em maio de 1968. Mas, sem dúvida, este dezembro de 1995 terá o seu lugar na história.

O dezembro de 95 foi um grande acontecimento político. Pode-se afirmar, sem medo do exagero, que foi o principal movimento de contestação das massas trabalhado-

ras urbanas ao processo de implantação do projeto neoliberal no chamado primeiro mundo. E apontou para o conjunto dos trabalhadores uma alternativa possível, não utópi-

ca, para a crise em que vive o movimento operário e sindical. Uma alternativa que foge do senso comum das concertações, das concessões sem princípios ao capital, que vem sendo efetuadas pela grande parte das centrais sindicais em todo o mundo.

Mas, por outro lado, a euforia trazida pelos acontecimentos na França não nos deve fazer perder o senso da realidade, nem criar ilusões sobre o seu verdadeiro significado. Foi um ato basicamente de resistência à ofensiva do capital. Por se tratar de um movimento ainda defensivo não poderia, de fato, conquistar mais do que efetivamente conquistou, que foi retardar a implantação do projeto neoliberal. Uma conquista que por si só merece comemorações.

Pouco antes da rebelião, o sindicalismo sofria os efeitos da grave crise capitalista

Até poucos meses antes do início da greve ninguém depositava muitas esperanças no sindicalismo francês. A crise do movimento sindical mundial teve contornos dramáticos na França, o país mais duramente atingido por ela. Atualmente a taxa de sindicalização não ultrapassa 10%. Este índice está bem abaixo da média dos demais países capitalistas do primeiro mundo. A crise atingiu particularmente a CGT, que sempre se constituiu na principal central sindical francesa e na mais comprometida com um projeto não-capitalista. A última característica se explica pela forte influência exercida pelo Partido Comunista Francês em seu meio.

A CGT, que chegou a possuir mais de 5 milhões de membros após a libertação da França, entre 1945 e 1947, hoje possui aproximadamente 700 mil sindicalizados, o mais baixo índice de sua história. Em número de filiados, a CGT chegou a igualar-se a suas duas principais concorrentes - a Força Operária (FO) e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), ambas de tendência social-democrata.

Esta central já vinha conhecendo uma queda lenta no número de sindicalizados desde 1947. A causa principal deste refluxo inicial foi o aguçamento da guerra fria, que causou-lhe inúmeras fraturas, uma das quais daria origem a FO. Após certa recuperação de suas bases na década de 60 e 70, o movimento sindical entrou em curva descendente no final dos anos 70. Segundo os relatórios oficiais da própria CGT, entre 1976 e 1985 a central perdeu 45% de seus filiados.

Mas os estragos não se reduziram apenas a CGT. Entre 1976 e 1988 os sindicatos franceses perderam cerca de 50% de seus filiados. Pode-se apontar duas grandes causas para o aprofundamento da crise do sindicalismo francês. A primeira, de ordem estrutural, está ligada a própria crise do capitalismo na década de 70 e a tentativa de sua reestruturação no início da década de 80.

Ao desemprego conjuntural, que se expandiu assustadoramente com a crise do capitalismo, somou-se o desemprego estrutural. A França é, entre os países que compõem o chamado Grupo dos Sete, aquele que apresenta os maiores índices de desemprego. Em 1990 os desempregados já representavam 11,1% de sua força de trabalho. Os trabalhadores desempregados, somados a aqueles que possuíam empregos precários, temporários ou em tempo parcial, abarcavam de 25% a 30% da população ativa.

Entre 74 e 86 desapareceram mais de 1.250 milhão de empregos. Constatou-se uma queda acentuada no número de vagas no setor industrial, justamente onde os sindicatos, especialmente os ligados à CGT, tinham as suas principais bases. Um exemplo desta sangria foi o caso das ferrovias, que nos últimos dez anos demitiram mais de 73 mil trabalhadores. O desemprego, aumentando a concorrência entre os trabalhadores, criou grandes dificuldades para o movimento sindical. Reforçou-se, então, uma política defensiva nos sindicatos, que adotaram uma estratégia de concessões gradativas ao capital na esperança vã de manter os níveis de emprego.

No campo político, derrotas da esquerda dificultaram as lutas dos trabalhadores

Outro motivo, e talvez o mais importante desta crise do sindicalismo, foi de ordem política. Está ligado as próprias vicissitudes da esquerda francesa, particularmente dos socialistas e comunistas. A relação entre o Partido Comunista (pró-soviético) e o Partido Socialista (social-democrata), nestas últimas décadas, foi bastante conflituosa.

A partir de 1972 houve um período de aproximação dos dois grupos, com a elaboração de um Programa Comum, no qual comunistas e socialistas se propuseram a se apresentar juntos nos embates político-eleitorais, defendendo as mesmas plataformas. Mas o acirramento dos conflitos entre os dois partidos, tendo como motivo a disputa por bases eleitorais e a afirmação dos projetos partidários, leva a uma implosão da unidade das esquerdas.

O rompimento do acordo, ocorrido em 1977, ocasiona um acirramento dos conflitos entre os dois partidos, que tem consequências negativas nas bases operárias e na ação sindical. A disputa fratricida entre estas tendências resultou no enfraquecimento da esquerda. No primeiro turno das eleições presidenciais de 1981, comunistas e socialistas lançam candidatos próprios. Os socialistas vão para o segundo turno, com Mitterrand, e os comunistas sofrem derrota, obtendo pouco mais de 15% dos votos. O perigo de uma nova vitória da direita no segundo turno leva ao restabelecimento da unidade das esquerdas, o que garante a vitória dos socialistas.

Os comunistas passam a participar do governo com quatro ministros de Estado. Depois de alguns anos de uma política contraditória, que buscava conciliar um programa de cunho social-democrático e liberal, o governo acaba se decidindo pelas saídas ortodoxas e as tendências liberais acabam por prevalecer. Os comunistas abandonam o governo e caminham rapidamente para a oposi-

ção. O governo socialista francês passa então a implantar as reformas de cunho neoliberal, com apoio de amplos setores da esquerda francesa e das centrais sindicais reformistas, especialmente a CFDT e em menor medida pela F.O.

Ao contrário do que ocorreu na Inglaterra de Thatcher, as reformas se deram num ritmo mais lento, através de negociações. Mas, para os trabalhadores, os resultados finais seriam os mesmos: desemprego e redução de direitos. Os comunistas, agora na oposição, são então atingidos em cheio pelo desmoronamento do chamado socialismo real, ao qual estavam umbilicalmente ligados. O campo estava assim aberto para o crescimento de uma oposição conservadora, que exigia o seu lugar de direito na condução do processo de desmonte do que existia de “Estado de Bem-Estar Social” na França.

A reestruturação do capitalismo francês, com todas as suas consequências para a classe operária, somada ao ofuscamento da própria perspectiva socialista (social-democrata e comunista) levou a uma crise sem precedente do movimento sindical, organicamente ligado aos partidos de esquerda na França. Os sindicatos se esvaziaram e perderam toda a sua eficácia.

Dupla Chirac-Juppé tenta acelerar a implantação no país do projeto neoliberal

A crise da esquerda culminou com as sucessivas derrotas parlamentares e com a vitória eleitoral da direita, com a ascensão da dupla Chirac e Juppé. Para muitos teóricos radicais parecia ter soado o dobre de finados para a esquerda européia. O capitalismo era eterno e as reformas neoliberais o único caminho para integrar a França na modernidade pós-industrial.

Mas a vitória eleitoral da direita francesa nas eleições do início do ano passado, embora inserida na ofensiva liberal-conservadora iniciada nos fins da década de 70, não pôde trazer a tão desejada estabilização do capita-

lismo francês. Pelo contrário, acentuou a crise política que propiciou a eclosão do grande movimento grevista de novembro e dezembro de 95. As necessidades impostas pelo projeto capitalista de integração europeia levaram a que o governo liberal-conservador francês, que havia sido eleito por uma pequena margem de votos, superestimasse sua própria força e tentasse dar um passo maior que as pernas. A reação acabou sendo a altura de sua ação.

O governo procurou atacar os direitos dos funcionários públicos que representam mais de 25% da força de trabalho francesa. O projeto previa o aumento das contribuições para a previdência social, o congelamento de benefícios e o aumento do tempo necessário para a aposentadoria dos funcionários públicos, que passaria de 37,5 anos para 40 anos de trabalho. O projeto também aumentava a tributação sobre os aposentados e desempregados e acabava com a aposentadoria especial dos ferroviários.

O governo estava tão confiante que, apesar do cheiro de pólvora no ar, anunciou a reestruturação das ferrovias, com a consequente demissão de milhares de funcionários; e a "flexibilização" do monopólio da telefonia e da energia elétrica. E, por fim, tirou das mãos dos sindicatos, principalmen-

te dos dirigentes da Força Operária, a gestão dos volumosos recursos da previdência social, passando-a para o Estado. Era a gota d'água!

O governo conseguiu, assim, unir o conjunto dos trabalhadores do setor público, e os seus principais representantes, contra o seu plano. Pela primeira vez, dois arqui-inimigos - Louis Viannet, secretário-geral da CGT, e Marc Blondel, secretário-geral da Força Operária - se unem com um objetivo comum: derrotar o Plano Juppé.

Como rastilho de pólvora, a greve se espalha pelo país e coloca a burguesia em pânico

A greve começaria no setor de transporte de Paris, envolvendo ferroviários e metroviários, e se espalharia como um rastilho de pólvora por todas as categorias e por todo o país. Mais de 3 milhões de trabalhadores chegaram a paralisar as atividades, inclusive alguns setores não públicos.

A indignação dos trabalhadores se uniu com as manifestações estudantis, que exigiam mais verbas para a educação. Milhões de franceses tomaram as ruas em gigantescas manifestações. Em várias cidades barricadas



Pierre Trowel

foram erguidas e carros incendiados pelas massas enfurecidas. A palavra de ordem que empolgava a França era a da imediata retirada do Plano Juppé. O que mais assustava o governo era a onda de solidariedade recebida pelos grevistas. Todas as pesquisas registravam o apoio ao movimento. Cerca de 63% da população se mostrava ao lado dos grevistas. Enquanto isso, o governo batia recordes de impopularidade.

A direita européia se apavora. O *Times* londrino vaticina: "O que acontece à Europa? As informações daqueles que acompanhavam a política francesa são ainda mais alarmantes. Prevê-se que haverá revolução dentro de seis meses, alguma coisa deste tipo já está acontecendo". As previsões do jornal conservador francês *Le Figaro* não ficam para trás. Ele atribuíu a responsabilidade pela crise "ao corporativismo e ao arcaísmo (dos funcionários públicos), assim como ao excesso de cautela das classes governantes. Diante da crescente agitação social elas não dizem nada, como se estivessem admitindo a derrota. Se a greve derrotar o governo será o desastre para a França".

A solução apontada por setores da burguesia era fazer como as classes dominantes inglesas: resistir e desmontar os sindicatos. O governo começou se negando a negociar, mas acabou pouco a pouco tendo que recuar diante da avalanche grevista. Louis Viannet apela então para a greve geral, mas sofre resistência de seu principal aliado da F O. Afirma Blondel: "Temos que generalizar o movimento, mas ainda não é hora da greve geral".

Mas nem todas as centrais apoiaram o movimento grevista. A CFDT, presidida por Nicole Notat, que já dava seu apoio às reformas de Mitterrand, manteve seu apoio "crítico" ao pacote de Juppé. O discurso da CFDT é muito conhecido dos brasileiros. Segundo ele, a reforma era inevitável se a França quisesse manter a competitividade no novo mundo globalizado. Portanto, deveria sacrificar os interesses corporativos, os privilégios do setor público, em nome da

modernidade. A única crítica ficaria por conta do método autoritário de sua implantação.

Interessante registrar que a CFDT sempre foi uma das interlocutoras privilegiadas da direção da CUT/Brasil, chegando mesmo a produzir vários materiais conjuntos. Os fatos demonstram que a "modernidade" da CFDT não poderá servir de modelo para o movimento sindical brasileiro. Apesar do espírito de unidade que foi construído pelas direções das centrais sindicais não se conseguiu evitar que Notat fosse vaiada e quase agredida quando participava de manifestações expressando as posições da CFDT. A palavra-de-ordem que se ouvia era "Retirada já do Plano Juppé-Notat".

O espectro francês afasta a possibilidade de paz para as elites dominantes da Europa

O governo, acuado pelo movimento grevista e pela opinião pública, começa a negociar separadamente com os grevistas, buscando dividi-los. Procura garantir concessões secundárias e manter o fundamental: a reforma da previdência. Aos ferroviários, promete adiar o plano de reestruturação das ferrovias, garantindo provisoriamente os empregos. Mas as centrais sindicais não arrefecem seu ânimo contra as reformas de Juppé. Passam a exigir negociação direta com o primeiro-ministro.

Louis Viannet é o primeiro líder sindical nacional a ser recebido por Juppé. É seguido por Blondel. O governo promete manter a aposentadoria especial dos ferroviários. As centrais sindicais exigem que esta seja mantida para todos os trabalhadores. O governo volta atrás e mantém as aposentadorias especiais do conjunto dos servidores públicos. Também "desmente" o anúncio sobre a flexibilização e privatização das telecomunicações e energia elétrica. E aceita formar uma grande mesa de negociação com as centrais para a continuação das discussões sobre a reforma da previdência, desemprego e diminuição da jornada de trabalho.

A CFDT quer que as negociações se reduzam a discussão sobre o desemprego, enquanto a CGT apresenta outro ponto de vista sobre a estratégia a ser empregada na reunião da cúpula social: "Vamos começar com a retirada do Plano Juppé. Depois poderemos falar de salários, emprego e redução de jornada de trabalho". Com as suas principais reivindicações atendidas, os ferroviários começam lentamente a voltar ao trabalho, depois de cerca de 54 dias de greve.

Os sindicatos resolvem recuar, buscando uma saída organizada, capitalizando as vitórias até ali alcançadas. Louis Viennet afirmaria: "Não temos a intenção de desistir, porque a vitória dos trabalhadores das ferrovias nos deu mais confiança". O movimento não seria derrotado e ainda teria força para reunir cerca de 2 milhões de pessoas no dia 16 de dezembro. O inverno, a proximidade das festas de final de ano e o início das negociações na cúpula social levaram a uma trégua na guerra que com certeza será retomada em 1996.

A greve francesa criou um desconforto para a burguesia globalizada. Depois de dezembro, um novo espectro passou a rondar a Europa. Clóvis Rossi, em artigo na *Folha de São Paulo*, lembra que faltam apenas dois anos para que o conjunto dos países da Europa cumpra as condições para a unidade europeia estabelecidas pelo tratado de Maastricht.

Elas são essencialmente duas: que o déficit público de cada país não ultrapasse 3% de PIB e que o endividamento público fique no máximo em 60%. Pouquíssimos países reúnem hoje estas condições. A maioria está longe de conseguí-los sem choques duros em suas economias. O espectro francês, que também rondou a Bélgica, afasta esta possibilidade do horizonte das classes dominantes europeias. A recente passeata na Alemanha, em meados de fevereiro, que reuniu mais de 45 mil trabalhadores em Bonn, é emblemática neste sentido!

Como já afirmamos, o movimento teve uma importância gigantesca porque mostrou aos trabalhadores que existe outra estratégia para além das concertações e das concessões sem princípio ao capital, que reduziram os direitos sociais e não garantiram o tão pro-

metido emprego. E, principalmente, mostrou que é possível obter vitórias. Isto coloca em outro patamar a luta dos trabalhadores. Mas uma pergunta ainda fica no ar: como foi possível que o sindicalismo francês, que vivia a maior crise de sua história, que possuía o menor índice de sindicalização na Europa, pudesse dirigir uma greve dessa proporção?

Ensinaamentos da greve que abalou o mundo e os novos desafios do sindicalismo

Primeiro é preciso não confundir a crise do movimento sindical com a crise do movimento operário e popular. O sindicato é apenas um instrumento desta luta mais geral dos trabalhadores. Não existe uma relação mecânica e necessária entre movimento sindical e movimento operário. Muitas vezes na história o movimento sindical ficou muito atrás do movimento operário real, principalmente quando ele atingia um estágio superior, revolucionário.

Mas, no caso francês, as centrais sindicais, aproveitando-se da crise de credibilidade por que passava o governo conservador e da brecha aberta pelas reformas da seguridade social, souberam se rearticular e se colocar à cabeça de um grande movimento de contestação popular que arregimentou a simpatia da grande maioria da população. Aqui, a crise política criou as condições para a emergência das classes populares, sendo bem aproveitadas por suas lideranças.

Portanto, como mostra o exemplo francês, a crise do sindicalismo está muito longe de ser uma crise terminal. Mas para a sua superação é preciso que haja uma ampla remodelação do modelo sindical atual, de suas práticas e concepções. O exemplo francês pode nos dar pistas preciosas para superação dos nossos problemas, mas são apenas pistas que deverão ser desenvolvidas com um enorme esforço teórico-prático daqueles que efetivamente desejam uma alternativa que aponte para além dos limites da economia de mercado capitalista.

* Historiador. Diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (SP)

“Uma prova de força dos trabalhadores franceses”

A histórica greve francesa de novembro/dezembro passado continua a despertar interesse. Para falar sobre suas causas e desdobramentos, Jacqueline Leonard, secretária de políticas sociais da CGT, esteve no Brasil no início deste ano, a convite dos sindicatos de metalúrgicos, servidores municipais e construção civil de Campinas (SP). Participou de seminários, visitou portas de fábricas e realizou inúmeros contatos políticos e sindicais. Numa das brechas da sua apertada agenda, ela concedeu entrevista exclusiva à *Debate Sindical*.

Levando-se em conta a crise que afeta o sindicalismo europeu, expresso inclusive na brutal queda da taxa de sindicalização, a greve na França causou uma surpresa bastante agradável. Como foi possível então realizar um movimento de tamanha envergadura, que abalou o mundo do capital?

A França já teve períodos de alta taxa de sindicalização e outros de baixa. Nos pós-guerra, por exemplo, a CGT chegou a ter de 4 a 5 milhões de filiados. Mais recentemente, pós-68, ela ainda contava com 2 milhões de filiados. A partir da década de 70, entretanto, houve forte declínio. Vários motivos explicam esta queda, alguns exteriores à própria central, relacionados ao contexto do país; e outros, internos. Hoje, numa população de 25 milhões de trabalhadores, menos de 10% são sindicalizados. A CGT representa uns 650 mil, mais ou menos o mesmo número das outras duas centrais com inserção - das cinco existentes no país.

No que se refere aos fatores externos, a crise do capitalismo nos atingiu em cheio. Setores fortemente sindicalizados foram dizimados pelo desemprego, como na siderurgia, construção naval e civil. Com o esgarçamento do tecido social, a terceirização e o trabalho informal, tornou-se difícil a ação sindical. Hoje existem aproximadamente 5 milhões de pessoas consideradas como excluídas, que estão desempregadas, sem direitos, sem domicílio fixo. Cerca de 12 milhões encontram-se em situação de instabilidade. Isso não se conhecia há 10 anos na França. Desenvolveu-se nos anos 90 e, de maneira mais brutal, a partir de 94.

Além disso, outro fator externo importante é a forte repressão aos sindicatos na França. Eles são reconhecidos, são legais, mas é muito difícil, principalmente para CGT, implantar a organização sindical nas empresas. Isto apesar de existirem leis de

proteção aos delegados sindicais. Outra razão, mais recente, é a da ofensiva do patronato para cooptar os trabalhadores, suas lideranças, integrando-as nas empresas e enfraquecendo os sindicatos.

Quanto às razões internas, nos anos 80, o sindicalismo perdeu força por questões políticas. A CGT, por exemplo, esteve fortemente implicada com o programa comum de esquerda do governo Mitterrand. Por isso, sofreu críticas dos trabalhadores, desencantados com o governo que não cumpriu suas promessas. Mesmo não sendo governo, a central foi reconhecida como tal, o que gerou descontentamento.

Diante deste quadro, o último congresso da CGT, no final do ano passado, discutiu as formas para retomar uma ação mais efetiva junto aos trabalhadores. Vimos que era preciso romper com a delegação de poder, transformando os sindicalistas em atores das organizações nas bases, saindo da cúpula. Que era preciso democratizar o movimento sindical, fazendo com que as orientações sejam dadas pela base, pelos trabalhadores.

Isso não é fácil, pois não existem condições de ampla liberdade. O trabalho é dificultado pela repressão nas empresas, que coíbem a atividade sindical, sobretudo da CGT, por sua postura de esquerda. Apesar disso, é um trabalho necessário, porque o trabalhador deve definir as prioridades, a linha sindical a ser adotada. Ele é o foco principal do trabalho a ser feito e não somente alguns delegados sindicais.

Este é o cenário das adversidades. Mas então como eclodiu o movimento grevista, qual foi o papel das centrais sindicais?

Quando disse que o movimento sindical se enfraqueceu, é preciso levar em conta que os trabalhadores franceses têm tradição de luta. Nos anos 86 e 89, ocorreram movimentos fortes, sobretudo entre os ferroviários. Foi uma ação desenvolvida pelos próprios trabalhadores, através de coordenações, e não via sindicatos. Isto porque muitos consideraram que o sindicato não respondia mais às exigências, não era eficaz. Por isso, começaram a se organizar nas empresas.



“Em parte, a greve resulta do esforço da CGT para mudar suas práticas sindicais”

Já o movimento de novembro/dezembro passado foi diferente. Não houve nenhuma coordenação à parte. A ação se desenvolveu de ponta a ponta junto com as organizações sindicais. O interessante é que o sindicalismo retomou seu papel, o de ser a via de mobilização e de organização dos trabalhadores. Em parte, isto foi resultado dos esforços que a própria CGT desenvolveu para modificar as posturas e práticas sindicais, tornando-as mais democráticas. O movimento surgiu a partir das organizações sindicais de base e forçou as centrais a buscarem a unidade solicitada pelos trabalhadores.

As reivindicações por emprego e pela seguridade social foram a alavanca da greve. O movimento teve início no setor público, até porque nesse setor a taxa de sindicalização é maior. Há um estatuto nacional que defende os direitos sindicais dos servidores. A elaboração de uma pauta comum de reivindicações, de caráter nacional, deu condições para alavancar todo esse processo, que teve início em 10 de outubro com todas as organizações sindicais. Há 14 anos não acontecia uma chamada geral como essa.

Diante da avalanche grevista, o governo Chirac-Juppé recuou. Retirou várias medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores. Mas a tendência é que esse recuo seja temporário, que o governo volte ao ataque. Quais são as previsões da CGT para o futuro próximo?

A nossa central, a CGT, renunciou à chamada do governo para as negociações da cúpula social. A postura adotada é fazer proposições e levar para as bases. Os trabalhadores é que devem decidir. Outro esforço é para garantir a unidade alcançada na greve. A tarefa foi facilitada na ocasião porque havia um motivo que congregava, que era a preservação da seguridade social ameaçada. Mantemos como princípio a busca da unidade de ação em torno de um tema central.

A greve foi suspensa no final do ano porque o governo recuou. Conquistamos importantes vitórias. Além disso, havia o natal, o ano novo, a morte de Mitterrand. Mas a CGT tem colocado para os trabalhadores a importância de manter a mobilização, de continuar a luta sob outras formas. Já para o início de fevereiro, a nossa central convocou uma “Jornada de Mobilização Nacional” nas regiões industriais, com manifestações unitárias, interprofissionais, não por categorias específicas. Outras mobilizações estão previstas.

Neoliberalismo exige pressa dos governos para eliminar direitos dos trabalhadores

O projeto neoliberal, aplicado na maioria dos países, acelera terrivelmente a degradação das condições de vida do trabalhador. É o capital financeiro querendo sugar ao máximo. Essa política apresenta-se em cada país com diferenças, mas provoca em todo lugar os mesmos efeitos nefastos. Na França, as conquistas dos trabalhadores têm 50, 100 anos. É verdade que Mitterrand iniciou o questionamento destas conquistas. É fato também que o governo do Chirac acelerou de forma brutal esse desmonte. A greve de novembro/dezembro retardou esse processo, mas a tendência é dessa ofensiva prosseguir.

A França está presa à “espiral” da tal integração européia, do Mercado Comum Europeu, estabelecido pelo Tratado de Maastricht. Esse tratado pretende efetuar um nivelamento por baixo das condições dos trabalhadores. Os direitos sociais na França são mais elevados do que Portugal, Espanha, Grécia. Essas conquistas são consideradas obstáculos à integração e, portanto, o capital quer liquidá-las. O tratado estabeleceu um prazo para a perda destes direitos até 1997. Nesta data começa a circular a moeda única no Mercado Comum Europeu. Por isso, o governo francês precisa ser rápido no retrocesso dos direitos sociais.

Mas o que o sindicalismo francês pretende fazer para manter e fazer avançar as mobilizações contra o projeto neoliberal de Chirac-Juppé?

A CGT acabou de realizar um congresso que aprovou quatro pontos para a nossa ação sindical. São quatro verdadeiros desafios, intimamente relacionados com a especificidade do sindicalismo. O primeiro é o da solidariedade. Nos últimos anos, criaram-se grandes divisões entre as categorias profissionais, entre trabalhadores da ativa, aposentados, jovens e excluídos, e, sobretudo, entre os franceses e os imigrantes. O patronato soube manipular estas diferenças e dividir os trabalhadores. Neste quadro, o desafio do sindicalismo é unir todas as categorias, todos os trabalhadores, numa luta única.

O segundo desafio é o progresso social. No momento em que o capitalismo diz abertamente que não há emprego para todos, colocamos como primeira bandeira o pleno emprego para todos. E não empregos temporários, mas duráveis; com salários, aposentadorias e poder de compras, que faça com que a população volte a ter um nível de vida melhor. O objetivo do sindicato é que a partir das novas tecnologias se produzam as mesmas riquezas com menos trabalho. A proposta é diminuir o tempo de trabalho sem diminuir salário.

“Não se pode aceitar tudo como inevitável; a greve fez o governo recuar”

O terceiro é a conquista da cidadania. As pessoas perderam o direito à palavra, à reivindicação, à participação efetiva. Essa liberdade deve ocorrer dentro dos sindicatos. O quarto é a unidade dos trabalhadores como um motor do avanço das lutas sociais. Não há boa negociação se não houver uma boa correlação de força. É responsabilidade do sindicalismo assegurar essa boa correlação de força. Esses quatro desafios têm esse objetivo. Não foram inventados pela CGT. Durante um ano e meio foram feitas assem-

bléias, reuniões com os filiados e trabalhadores para chegar a esses pontos. É o que falava anteriormente sobre o papel da democracia e dos sindicatos como atores desse processo democrático.

Aquí no Brasil a questão da redução da jornada também está colocada. Mas alguns sindicatos têm firmado acordos de flexibilização da jornada ...

Na França, isto também ocorre. A redução com flexibilidade vem desde 88, 89 e agora se acelerou bastante. Essa é uma grande jogada do patrão. Ele diz: “Se vocês querem manter pleno emprego, vocês vão ter que aceitar os horários, a flexibilização, os contratos temporários e uma série de coisas”. E infelizmente existem sindicatos que assinam este tipo de acordo. Esses quebra-galhos, estes acordos fajutos, acabam sendo responsáveis pelo aumento do desemprego, pela precarização das condições de trabalho.

Aquela faixa de sindicalistas que aceita este tipo de acordo, que apóia o plano Juppé, será responsável pelas conseqüências futuras. Não se pode aceitar tudo o que o patronato fala como inevitável. Com uma ação sindical ativa e combativa, conseguimos fazer com que o governo recuasse. Pelo que saiu na imprensa, o governo afirmava que não havia outra saída. Mas conseguimos fazer com que ele recuasse. Foi uma prova da força dos trabalhadores franceses!

Quando aceitamos visitar o Brasil foi, sobretudo, para divulgar o que ocorreu na França. Não há receitas e nem modelos. A repercussão do movimento grevista de novembro/dezembro deve-se ao fato do trabalhador ver que ele pode fazer. Há vários ideólogos, politicólogos, livros, estudos e pesquisas dizendo que todas as conquistas históricas dos trabalhadores fizeram parte de um período de desenvolvimento do capitalismo. Que no atual estágio de crise elas são insustentáveis. No mês de outubro, se alguém dissesse que em dezembro o governo abriria mão de uma série de coisas que tinham proposto, ninguém acreditaria. Em outubro, a postura era a de aceitar o que o governo impunha. Nunca se imaginou que poderíamos chegar aonde chegamos.

* Entrevista concedida à jornalista Marcia Quintanilha

Rubens Cavallari/Folha Imagem



Balão de ensaio do acordo sobre os encargos sociais

Altamiro Borges *

Apesar de suspenso pela Justiça do Trabalho, o acordo sobre a redução de encargos sociais firmado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, e por oito entidades empresariais é um balão de ensaio ameaçador. Abertamente inconstitucional, ele foi congelado temporariamente. Mas todo patronato o defende e o governo, animado com o “exemplo positivo”, já anuncia medidas para retirar da Constituição os obstáculos à sua viabilização.

O acordo é mais um lance ousado da ofensiva mundial do neoliberalismo contra os interesses dos trabalhadores. Assinado às vésperas do carnaval, ele já vinha sendo orquestrado há cerca de um ano nos laboratórios do Planalto. O dirigente da **Força Sindical** e do Sindicato dos Metalúrgicos, vulgo Paulinho, foi apenas a marionete narcisista de mais esse duro golpe, que surge na esteira de outros graves retrocessos sociais (reformas da previdência e administrativa).

O documento é curto, com apenas 15 itens, mas seus efeitos são devastadores. Entre outras barbaridades, ele prevê a contratação temporária de no mínimo três meses e no máximo, com renovações sucessivas, de dois anos - o que oficializa a instabilidade no emprego. Ele ainda introduz a jornada de trabalho flexível, “individual ou coletiva”, que pode variar de oito a quatro horas diárias (ou 24 semanais) - com o respectivo corte dos

salários, inclusive pela metade, e o pagamento proporcional do descanso semanal!

Além disso, o acordo decreta a extinção sumária da carteira de trabalho, que é substituída por um vago termo de contratação. E, no que ficou mais famoso na mídia, reduz drasticamente os encargos trabalhistas. Pelo firmado, as empresas não depositariam mais o FGTS e nem pagariam aos dispensados a multa de 40% por demissões sem justa causa; elas também diminuiriam a contribuição à previdência social, dos atuais 20% do salário-base para no máximo 11%; já os descontos para o salário-educação, Sebrae e outros também desapareceriam.

Segundo cálculos seguros, o acordo representa um corte de aproximadamente 30% nos custos das contratações. Não é para menos a euforia patronal! Já do ponto de vista do governo FHC, encaixa-se perfeitamente na onda neoliberal do “Estado mínimo”. O fim dos depósitos do FGTS, em parte destinados à moradia popular e ao saneamento; a redução das contribuições ao INSS, usadas para bancar os 16 milhões de aposentados e pensionistas; e a extinção do salário-educação diminuiriam a capacidade de investimentos sociais do Estado, penalizando ainda mais a população carente.

Governo estuda as formas para “legalizar” o acordo impugnado pela Justiça

Por ser descaradamente ilegal, a justiça trabalhista foi obrigada a estragar a festança imediata do patronato e do governo. Por solicitação da procuradoria regional, o TRT de São Paulo considerou que oito das quinze cláusulas do acordo ferem de morte a CLT e a própria Constituição. A poderosa Fiesp, a federação das indústrias do Estado, que promovera uma solenidade na ocasião da assinatura do contrato, teve que orientar seus filiados a recuarem. “Não queremos expor nossas empresas às multas da Justiça”, afirmou em declaração lacônica.

O próprio Fernando Henrique Cardoso, que havia feito abertos elogios ao acordo,

calou-se momentaneamente temendo o desgaste político. Juristas, parlamentares, sindicalistas e mesmo setores da imprensa condenaram o seu aqodamento. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Ajuricaba, foi um dos primeiros a fazer duras críticas. Outro ministro do TST, Almir Pazzianotto, considerou “muito estranho” a postura do governo federal. “Essa despreocupação com a lei e com a própria Constituição é extremamente perigosa”, afirmou.

O jornalista Jânio de Freitas, num artigo corajoso e impactante, chegou mesmo a propor a abertura do processo de **impeachment**. Para ele, por muito menos Fernando Collor foi afastado do Planalto. “No Brasil, já entrado na modernidade pessedebista, é o próprio presidente da República que ‘vê com satisfação’ um ato inconstitucional e ilegal, declarando-se desejoso que outros sigam o exemplo tão ‘positivo’”. Talvez valesse a pena alguns parágrafos sobre a responsabilização penal de incentivos à práticas identificadas como ilegais”.

Diante da repercussão negativa, apenas uma empresa, a Aliança Metalúrgica, teve o descaramento de assinar o contrato. Num jogo de marketing medíocre e cínico, ela anunciou no dia 13 de fevereiro a contratação de 85 operários com base no novo acordo. Puro engodo! Na verdade, 74 vagas já estavam abertas há tempos. A assinatura serviu unicamente para propagandear a maracutaia do seu amigo Paulinho. Naquela manhã, cerca de 1500 desempregados fizeram fila na porta da fábrica do bairro paulistano do Jaçanã.

O isolamento temporário, entretanto, não desanimou nem os empresários e nem o governo. Muito pelo contrário. As elites neoliberais encararam o episódio como um “promissor” balão de ensaio. Paulo José Lúcia, o executivo exibicionista da Aliança, mesmo tendo de recuar, mostrou-se otimista. “Se a gente conseguir agora mudar a legislação, teremos uma redução dos custos em cascata”. Para o economista José Pastore, um dos ideólogos do movimento patronal **Custo Brasil**, o acordo foi “o início de uma caminhada firme em direção à flexibilização dos encargos sociais. A legislação vai mudar”.

Já o governo federal deseja aproveitar a oportunidade para acelerar o processo de mudanças na legislação trabalhista. Desde que tomou posse que o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, encontra-se numa cruzada raivosa contra as conquistas históricas dos trabalhadores, que considera "arcaicas e rígidas". Sua equipe já tem pronto um esboço de proposta para a reforma constitucional que visa reduzir os custos das empresas e desregulamentar as leis do trabalho. Conforme confessa o líder da Força Sindical, ela foi a base para a elaboração do seu contrato.

Paiva inclusive pavimentou previamente o terreno para viabilizá-lo. Em setembro do ano passado, uma portaria do Ministério do Trabalho (865) abriu caminho para a ilegalidade, determinando que a fiscalização pública nos Estados não vetasse cláusulas de acordos trabalhistas que desrespeitassem a lei. "Se o próprio governo tivesse proposto o desrespeito à Constituição, poderia haver reações. Há indícios, concretos, de que Brasília usou a 'mão de gato' para evitá-las. A estratégia foi confiar aos próprios trabalhadores, isto é, às suas lideranças, o encaminhamento do acordo", denuncia o jornalista Aloysio Biondi.

Agora, mais precavido, o governo prepara um projeto de lei para legalizar o contrato, sem precisar esperar pela complexa reforma constitucional. Ele deve ser anunciado nos próximos dias, substituindo a simples e ilegal isenção das contribuições sociais pela diminuição das atuais alíquotas do FGTS, INSS e salário-educação. Para Paulo Paiva a polêmica em torno do acordo de Paulinho foi "altamente positiva", porque possibilita a imediata redução dos custos das empresas e a futura flexibilização dos direitos trabalhistas.

A mentira de que o custo do trabalho no Brasil é alto e inviabiliza as empresas

Toda essa poderosa campanha contra os direitos dos trabalhadores é maquiada, para manipular a opinião pública, por duas menti-

ras repugnantes. Elas ganharam repercussão com a recente assinatura do acordo, mas vêm sendo insistentemente batidas na tecla pelo rico movimento **Custo Brasil**, organizado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) - que é alavancado pelo governo FHC e conta com apoio de setores apelegados e mesmo seduzidos do sindicalismo.

A primeira mentira é a de que o chamado "custo Brasil" (gastos diretos e indiretos com força de trabalho) é um dos mais elevados do mundo e inviabiliza a capacidade competitiva e a própria existência das empresas aqui instaladas. O boletim do movimento, distribuído massiva e gratuitamente em todo o país, usa dados falsos para justificar sua tese. "Os encargos trabalhistas superam 100%", afirma descaradamente. Pastore arredonda: 102,06% da folha de pagamento.

Para se chegar a essa soma, que visa assustar os menos avisados, são incluídos os "impostos e contribuições para financiar a seguridade social e também uma série de benefícios indiretos aos trabalhadores" - explica o boletim da CNI. Entre os alvos do patronato, além das contribuições do FGTS, INSS e outros, estão férias, feriados e repouso semanal remunerados, 13º salário, adicionais noturnos, de periculosidade e insalubridade, licença maternidade e paternidade.

Tanto os argumentos como os números apresentados são falsos. Primeiro porque não dá para confundir direitos trabalhistas com encargos sociais. "A menos que se pretenda revogar a Lei Áurea, o que ainda não entrou na agenda das reformas" - ironiza Clóvis Rossi. Quanto aos números, para um salário de referência de R\$ 100,00, os demais rendimentos monetários indiretos recebidos pelo empregado, incluindo o FGTS, equivalem a R\$ 25,10. Somando-se ao que se pode denominar efetivamente de contribuições sociais (INSS, seguro-acidente, salário-educação, etc), os custos não ultrapassam R\$ 30,89. Estes são dados oficiais e honestos!

Toda a matemática dos empresários, entretanto, esconde a dura realidade do custo da força de trabalho no Brasil, que é um dos mais baixos do mundo. A hora trabalhada

equivale em média a US\$ 2,5 dólares, incluindo os pagamentos indiretos e os encargos tributários. Nos EUA e no Japão, situa-se em torno de US\$ 16. Nesse ponto crucial o movimento **Custo Brasil** evita tocar. Daí o alerta da economista e deputada Maria da Conceição Tavares aos “desavisados de boa fé”, que são seduzidos pela propaganda enganosa. O recado serve inclusive para certos dirigentes da CUT que manifestaram simpatia a esse movimento patronal.

A mentira de que o acordo ajuda a resolver o drama dos desempregados no país

A segunda falsidade, ainda mais hipócrita, é de que a redução dos encargos e a desregulamentação da legislação trabalhista aumentariam a demanda por empregos no país, ajudando a resolver um dos dramas sociais mais graves da atualidade. Quando da assinatura do tal acordo, Paulinho chegou a declarar à imprensa que 40 mil novas vagas seriam abertas em curto prazo na indústria paulista. Daí o show pirotécnico da empresa Aliança e a aposta “humanista” de FHC.

Os próprios termos do acordo, entretanto, desmentem essa versão fantasiosa. Pela lógica capitalista, se o tal contrato ou algo semelhante vingar no país a tendência será a do aumento vertiginoso da rotatividade no emprego. As empresas dispensarão os atuais funcionários para contratar outros por um custo cerca de 30% menor. Isto na hipótese mais otimista. Elas podem ainda, no pior dos casos, optar pela não renovação dos quadros, aproveitando-se da brecha apenas para diminuir custos e aumentar os lucros. Além disso, sem a carteira assinada crescerá o trabalho informal.

Mesmo sem a vantagem da isenção da multa por dispensa imotivada, o Brasil já é um dos cantos do mundo com maiores facilidades para o patronato passar o famoso **facão**. O custo do aviso prévio mais a multa por demissão sem justa causa de um trabalhador com dois anos de empresa equivale

apenas a 2,3% do seu salário. Não é por acaso que cerca de 50% dos empregados no setor formal da economia ficam menos de dois anos na mesma firma. Junte-se a estas vítimas os 57% da População Economicamente Ativa (PEA) que já estão excluídas do mercado formal, sem carteira de trabalho, sem direitos, sem nada!

Também a experiência internacional contesta essa falsa propaganda. Em todos os países que aplicaram o receituário neoliberal, reduzindo os custos das empresas e desregulamentando as relações de trabalho, as taxas de emprego despencaram. A Espanha, uma das recordistas na implantação dos **contratos temporales**, ostenta hoje um dos maiores índices de desemprego do mundo - 22,77% da PEA. México e Argentina, vizinhos do continente, também seguiram o mesmo caminho e colheram desastres sociais e revoltas populares.

Um caso bastante ilustrativo é o da França. A dupla Chirac-Juppé reduziu as contribuições das empresas ao Estado com o argumento de que criaria empregos. Mas a iniciativa fracassou, segundo um assessor do Ministério do Trabalho, Thomas Coutrot. “As empresas têm em média 20% a mais para investir e crescer e ainda não apareceram os empregos”. Para ele, “elas embolsaram o dinheiro da redução dos encargos”. Coutrot, que já deu aulas na Universidade de Brasília, mesmo sendo adepto das idéias neoliberais, comenta que no Brasil “a parte dos salários na riqueza nacional é extremamente pequena ... Não é diminuindo essa participação que se vai diminuir o desemprego. Parece-me evidente”.

A mesma opinião é compartilhada por vários organismos mundiais que acompanham com temor a evolução do desemprego no mundo - hoje já são mais de 800 milhões de desempregados e subempregados no planeta. A Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, em setembro passado, concluiu que “a flexibilização do mercado de trabalho não oferece solução alguma para o problema da insuficiência de empregos de qualidade. Pelo contrário, resulta ser uma via

eficaz para transformar o desemprego aberto em desemprego oculto”.

Após analisar as experiências de diversos países do chamado primeiro mundo, o denso relatório da ONU afirma: “A realidade é que ao largo da década passada os mercados de trabalho adquiriram uma flexibilidade muito maior sem que isto acelerasse o ritmo de criação de empregos. Os dados empíricos permitem afirmar que os empregadores têm utilizado essa maior flexibilidade para ganhar competitividade a base de reestruturar suas empresas, reduzir seu tamanho e despedir trabalhadores e não para incrementar sua capacidade produtiva”.

Desmascarar a tramóia do governo e dos pelegos e combater o desemprego

Por estas e outras razões, o tal acordo e as ameaças de flexibilização dos direitos trabalhistas têm gerado reações de diversos segmentos da sociedade. Um setor significativo da Força Sindical inclusive se desfilou da central por discordar da postura de Paulinho e Medeiros. O grupo dissidente, com membros da executiva da entidade e dirigentes de vários Estados, adotou o nome de Frente Social-Democrata de Sindicatos e estuda a possibilidade de ingressar na CGT de Canindé Pegado. “O Paulinho acredita nas mudanças neoliberais da sociedade, que nós desaprovamos”, explica Enilson Simões, o Alemão, líder dos dissidentes.

Na própria base metalúrgica, o acordo não convence, o que explica o malabarismo do presidente do sindicato para evitar uma assembléia da categoria. Pesquisa *InformeEstado* aponta que dos 209 consultados na capital, 72,2% desaprovaram a medida por considerar “que os direitos adquiridos são intocáveis”. Em reunião da Federação dos Metalúrgicos do Estado, Paulinho também ficou isolado. Dos 36 sindicatos presentes, 34

se pronunciaram contra. “Menos encargos e menos impostos não farão as empresas contratarem. O país precisa crescer, produzir e pagar melhor salário”, argumenta o presidente da federação, José Firmo.

Como se observa, a batalha da redução dos encargos e da desregulamentação não está decidida. A ofensiva mundial dos neoliberais é evidente. Seus apologistas e apaniguados estão em campo, seja na mídia, no governo e no próprio movimento sindical. Mas as contradições são enormes. Elas podem ser aproveitadas pelas forças de resistência ao neoliberalismo. Já o potencial de mobilização dos trabalhadores também é real, apesar do desespero de milhares de desempregados que se submetem ao novo tipo de escravidão para alimentar suas famílias.

Nessa batalha não há espaço para qualquer vacilo, como o manifesto na reforma da previdência. O poder de iniciativa continua nas mãos das elites e não adianta tentar ser “civilizado”, propositivo. Mesmo nos países do “primeiro mundo”, conforme atesta o relatório da ONU, as medidas de flexibilização, inclusive as negociadas com centrais sindicais, não resultaram na criação de empregos. Muito pelo contrário. Só precarizaram as condições de trabalho e geraram falsas ilusões nos trabalhadores, desarmando-os para a luta.

O momento é de resistência ativa dos trabalhadores. Exige que sejam reafirmadas as suas bandeiras históricas, sendo que a mais importante delas é a da redução da jornada - sem cortes salariais ou flexibilizações. O aumento assustador do desemprego coloca essa reivindicação na ordem-do-dia. Outra bandeira é a da manutenção dos direitos conquistados em longas jornadas de luta. Existem também iniciativas legislativas que podem amenizar a grave situação dos desempregados. Nesse embate, entretanto, é indispensável denunciar o caráter destrutivo do capitalismo, contribuindo para o avanço da consciência classista e socialista.

* Jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Participação nos lucros: pura ilusão ou realidade?

Raul Carrion *

Em dezembro de 94, o então presidente Itamar Franco assinou a medida provisória 794, regulamentando o inciso XI, artigo 7º, da Constituição Federal, que trata da “participação nos lucros ou resultados”. A medida, sucessivamente reeditada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, até hoje gera controvérsias no sindicalismo brasileiro. Afinal, a participação nos lucros ou resultados é mais uma jogada das elites ou interessa de fato aos trabalhadores?

A medida provisória define a participação nos lucros “como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade”. Ela determina que “toda empresa deverá convencionar com seus empregados, por meio de comissão por eles escolhida, a forma de participação daqueles em seus lucros ou resultados”. Entretanto, não define qualquer prazo que obrigue as empresas a negociarem, qualquer punição no caso delas se negarem a fazê-lo, ou qualquer forma de controle dos trabalhadores sobre esses lucros ou resultados.

São excluídos pela MP os trabalhadores das “empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”. Nesses casos, a

participação “observará diretrizes específicas fixadas pelo poder executivo”.

Alem disso, o sindicato é marginalizado das negociações e reduzido a mero **guarda-livros**. “O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores”. diz o texto, num afronta ao artigo 8º, incisos III e VI, da Constituição Federal. Quanto à comissão de negociação, escolhida pelos empregados, ela não tem estabilidade, ficando totalmente à mercê da empresa!

Já a Justiça do Trabalho é afastada do processo, o que fere o artigo 114 da Constituição. A medida estimula a “mediação” e a “arbitragem de ofertas finais”, como “força normativa, independentemente de homologação judicial”. Por outro lado, não prevê alternativas no caso de impasse na escolha do mediador ou árbitro.

Em contrapartida, para favorecer o patronato, a MP determina que a participação nos lucros “não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdência, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade”. Isto é, não se incorpora ao salário. Isto permitirá que as empresas reduzam ao mínimo os salários em carteira (única parcela sobre a qual incidirão os direitos trabalhistas e previdenciários), pagando o resto como participação nos lucros, sem qualquer encargos sociais! Exatamente o que querem os neoliberais: “Nos anos 90, a tendência é a remuneração fixa aliada à remuneração variável (...) E tal prática só é viável quando se alivia as empresas dos encargos trabalhistas e previdenciários”. [1]

Analisando a questão, o Dieese alerta: “A remuneração dos trabalhadores sofrerá variações de acordo com a situação econômica das empresas, ou seja, haverá uma transferência dos riscos dos empresários para os trabalhadores (...) Também contribuirá para desonerar a folha de pagamentos dos encargos trabalhistas, dificultando o financiamento dos sistemas de seguridade social”. [2] Como fecho de ouro, as empresas poderão abater essa participação como despesa operacional, cabendo aos trabalhadores pagar o imposto integral sobre esses valores.

Empresas elogiam a MP, que visa cooptar o trabalhador e aumentar a lucratividade

A origem dessa medida governamental é esclarecedora. Ela foi sugerida ao ministro Ciro Gomes, em 18 de dezembro de 1994, pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva (Força Sindical) e pelo presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo, Joseph Couri, como “uma forma dos trabalhadores vestirem a camiseta da empresa”. [3] Com o mesmo objetivo, já tramitavam no Congresso Nacional inúmeros

projetos de lei, todos da lavra de políticos conservadores, tratando da participação dos empregados nos lucros e no capital das empresas.

O mais antigo desses, de 1983, é o do senador Roberto Campos, o famoso *Bob Fields*, do PPB do Mato Grosso. Seguem-lhe os projetos do senador Edison Lobão, PFL/MA (1989); do deputado Maluly Neto, PFL/SP (1989); do Senador Pedro Simon, PMDB/RS (1991); do deputado Jonas Santos Neves, PL/ES (1992); do deputado João Faustino, PSDB/RN (1994). É sintomático que inexistam qualquer projeto neste sentido de autoria dos congressistas de esquerda!

De imediato, a iniciativa do governo teve calorosa acolhida nos principais meios de comunicação do país e nos setores mais perspicazes do empresariado. O diretor da Construtora Camargo Correia, Florindo Pinato Neto, festejou a medida “que há muito já deveria ter sido criada como parte de uma estratégia empresarial”. [4] Paulo Matos, consultor de empresas de Belo Horizonte, completou: “Terá um impacto positivo sobre a produtividade, a qualidade e, obviamente, os lucros do balanço”. [5]

Já o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grando do Sul, Carlos Biedermann, considerou “a exclusão dos sindicatos das negociações um avanço”. [6] E o advogado patronal Octávio Bueno Magano destacou que a MP “constitui remédio certo para as empresas desejosas de conceder benefícios aos seus empregados sem se sujeitarem às pesadas incidências das contribuições sociais”. Ele também aplaudiu a criação da “mediação e arbitragem, pondo-se assim de escanteio a Justiça do Trabalho”. [7]

O testemunho da CP Eletrônica, que há anos tem um programa de participação nos lucros, também é eloquente: “A empresa registrou um expressivo crescimento depois que o programa foi adotado em 1987. No ano anterior, cada funcionário proporcionou um lucro de U\$ 20 mil. Em 1994, o valor foi quatro vezes maior. Não houve automação para proporcionar esse aumento, então o



crescimento foi resultado da motivação”, diz o satisfeito diretor-presidente da empresa”.[8]

Desde o século passado que o movimento operário trata desta delicada questão

O tema da participação nos lucros não é novo no movimento operário. A primeira iniciativa conhecida no mundo é a da Companhia de Seguros La National, de Paris, em 1820. Na Inglaterra registra-se a experiência, em 1932, da granja de Lord Walscourt. “Em 1874 a Associação Alemã de Política Social, que agrupava os economistas e se propunha a elaborar medidas de ‘política social’, se pronunciou pela participação dos operários nos lucros empresariais”.[9] Em 1917 é aprovada na França a primeira lei regulando a participação, facultativa e com vantagens e isenções fiscais para as empresas que a adotassem.

Na Grã-Bretanha, no início deste século, desenvolveu-se o sistema de *Copartnership*. Catherin Webb, ativa propagandista desse

sistema de participação nos lucros e no capital, afirmava que ele induz o empregado a trabalhar mais e melhor. Ele “o afasta das visões classistas e dos métodos combativos, como as greves e as sabotagens. Constitui um instrumento eficaz de conciliação dos interesses do capital, do trabalho e do consumidor”.[10]

Em 1928, a Igreja Católica, em seu “Código Social de Malinas”, propôs a participação nos lucros e no capital para contrapor-se ao socialismo vitorioso na URSS. “A porção de salário correspondente a maior ou menor prosperidade da empresa pode ser fixada e paga ao final do exercício e na proporção da quantidade do lucro líquido. Em vez de pagamento em dinheiro, pode transformar-se em ações da empresa”.[11]

O “Manual do Círculo Operário”, editado pela Igreja, defendia, em 1940, “favorecer o aperfeiçoamento da produção e o maior rendimento do trabalho e conseguir a participação progressiva dos técnicos, empregados e operários não só na marcha e gestão da empresa como na parte dos lucros e benefícios”.[12]

A Alemanha também madrugou nesta questão. Em 1934, Adolf Hitler editou a pri-

meira legislação nesse sentido, confirmada pelo governo ocidental de ocupação, em 1946, com algumas modificações. Essa participação adquiriu forma definitiva na lei de 1952 do democrata cristão Adenauer. Em 1962, quando da privatização parcial de empresas públicas como a Volkswagen, o governo emitiu ações populares para distribuí-las aos trabalhadores:

“Corresponde à ordem econômica da República Federal da Alemanha que o maior número possível de seus cidadãos participem da propriedade dos meios de produção (...) Uma outra forma de participação no patrimônio produtivo é uma espécie de participação nos lucros. O assalariado tem uma participação no lucro anual que ele, contudo, não recebe como pagamento. Ao contrário, ele às vezes deixa esta quantia à disposição da empresa, junto de outros adicionais, como acionista velado”. [13]

Não é preciso dizer que todas essas formas de participação não visavam a eliminação da exploração capitalista, mas a sua manutenção e intensificação.

Consenso entre os marxistas sobre “mais um ardil que só prejudica os operários”

Num dos primeiros trabalhos sistemáticos sobre economia política, escrito na União Soviética, a questão foi analisada sob a ótica marxista. “Não é difícil compreender o mecanismo desta participação nos lucros: o capitalista quer obter dos seus operários um trabalho assíduo e os interessar, assim, em favor da empresa. Ele se esforça, também, por suscitar neles a convicção de que os seus interesses coincidem com o do patrão. É claro que esta participação nos lucros não é mais que um ardil e só prejudica os operários”. [14]

O estudioso P.Nikitin também abordou o problema nos anos 60. “O uso desse esquema eleva a intensidade do trabalho, atrasa o desenvolvimento da consciência de classe dos operários, desune-os e estorva-lhes a luta contra os capitalistas. O esquema de partici-

pação no lucros gera a ilusão de que os operários tem interesse no aumento dos lucros da empresa capitalista”. [15]

Com o tempo, passou a existir um consenso entre os marxistas sobre o assunto. Ele se resume na idéia de que a burguesia se vale desse sistema para difundir na classe operária a ideologia da colaboração de classes, da harmonia entre o capital e o trabalho. Na prática, os recursos distribuídos aos operários em nome da participação nos lucros não fazem parte do lucro, mas sim do próprio salário (custo da produção e reprodução da mão-de-obra). Essa participação leva ao aumento dos lucros dos capitalistas e não à sua diminuição! Objetiva afastar os trabalhadores das “idéias sobre a luta de classes, sobre a necessidade de passar à propriedade coletiva e sobre o socialismo ... e substituir a luta de classes por uma ‘associação’ entre a classe operária e a burguesia”. [16]

O que significa, do ponto de vista teórico e de princípios, essa participação? Ora, a mais-valia é o valor excedente, não pago, produzido pelo operário. É o resultado da sua exploração (do trabalho vivo) pelos capitalistas. O lucro é a forma transmutada dessa mais-valia, tomada em relação ao capital global investido na produção. O capital (o trabalho morto acumulado pelo burguês) é o valor que, através da exploração do trabalho assalariado, produz mais-valia.

Portanto, falar em “participação nos lucros” é propor ao trabalhador a participação nos resultados da sua própria exploração e da exploração dos demais operários. É “interessar” o operário no aumento da taxa de mais-valia, no aumento da sua exploração, em troca de pretensas migalhas. É ajudar a burguesia a mascarar o processo de exploração capitalista. É atrasar a formação da consciência socialista da classe operária.

Propor a “participação no capital das empresas” é difundir a ilusão de que os operários também são capitalistas, mascarando a contradição fundamental do sistema entre burgueses e proletários. É “interessar” os operários na intensificação da acumulação do capital (fruto de sua própria exploração) e

na manutenção da escravidão assalariada. Essas bandeiras ilusórias se contrapõem à luta contra a exploração capitalista e pelo socialismo. Por isso, nunca fizeram parte do ideário dos operários conscientes e do sindicalismo classista!

O sindicalismo classista e o dilema da participação nos lucros ou resultados

Como confessa um propagandista da participação nos lucros, os sindicatos costumam ver nela “não uma reforma social progressista, mas uma hábil manobra patronal para tirar as massas trabalhadoras da sua influência, submetendo-as aos pontos de vista empresariais. Não carecem totalmente de razão quando desconfiam que pagarão um alto preço por essa conquista pois, afinal de contas, não é muito o que se poderá distribuir por esse método. Para o trabalhador a participação (...) significa o risco de ver debilitados os seus sindicatos, a provável ameaça ao pleno emprego e um trabalho mais intenso, em troca de alguns modestos ingressos adicionais”. [17]

Isso significa que os sindicatos devem simplesmente se opor a medida provisória da participação nos lucros e resultados? Entendemos que a questão não é tão simples. Em primeiro lugar, por que o assunto não é de fácil compreensão para as amplas massas trabalhadoras, que tendem a ver nesta participação uma maneira de melhorar sua vida. Em segundo lugar, por que a MP deixa brechas para emendas que ajudem

a desmascarar o seu caráter ilusório e demagógico.

Assim, devemos mostrar que o cálculo dos lucros de uma empresa é uma tarefa impossível se não for acompanhado da participação dos trabalhadores na gestão dessa empresa (também prevista na Constituição, mas não tratada pela MP) e da total abertura de suas contas para os trabalhadores (o que nunca será aceito pelos empresários). É sabido que as empresas usam dos mais variados subterfúgios contábeis para mascarar os seus



Cibeles Aragão

lucros e não pagar impostos ao governo e dividendos a seus acionistas (quanto mais para seus trabalhadores).

Sem difundir ilusões, ao invés da participação nos lucros, pode-se propor a participação nos resultados, prevista na Constituição e na própria MP, independentemente da existência de lucros. Os índices de produtividade são perfeitamente mensuráveis e quantificáveis. De forma que qualquer aumento da produtividade, seja pela introdução de novas máquinas ou métodos, seja pela maior eficiência da mão-de-obra, deve se refletir em ganhos para os trabalhadores. Mas essa luta precisa estar articulada à luta pela garantia do emprego frente às inovações tecnológicas e gerenciais.

A própria CUT questiona a participação nos lucros, ainda que somente pela dificuldade de mensurá-los: “Só negociamos acordos sobre participação nos resultados, nunca nos lucros. Lucro o empresário pode esconder. Mas resultados, como, por exemplo, total de faltas ou peças produzidas, o trabalhador tem controle”. [18]

Por fim, além das emendas “educativas” no sentido da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, da transparência da contabilidade, de critérios precisos de participação nos resultados das empresas e da garantia de emprego, é necessário exigir a participação dos sindicatos nas negociações. É preciso romper com a lógica dos acordos em nível de empresa, da pulverização das negociações, da marginalização dos sindicatos. E não se pode abrir mão do recurso, em última instância, ao judiciário.

Em quaisquer circunstâncias, o essencial é desmistificar o caráter ilusório da dita participação nos lucros ou no capital. Mostrar seu papel na intensificação da exploração assalariada e na manutenção da opressão capitalista! Agindo assim, com firmeza de princípios, mas ao mesmo tempo com

flexibilidade, seremos capazes de derrotar as manobras neoliberais, educar a classe operária e o conjunto dos trabalhadores para a luta pelo socialismo - Único caminho para conquistar uma nova vida e a verdadeira participação em todos os níveis!

NOTAS

- 1- Costa, Sérgio Amad. **Participação nos lucros ou nos resultados**. O Estado de S. Paulo, 06/02/95
- 2- Dieese. **Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas**. S. Paulo, 1995, p.06
- 3- Jornal O Estado de S. Paulo, 30/12/94
- 4- Pinato Neto, F. **As vantagens da divisão de lucros nas empresas**. O Estado de S. Paulo, 09/03/95
- 5- Matos, P. **Uma lei inovadora**. Revista Exame, 02/08/95
- 6- Jornal Correio do Povo, 05/02/95
- 7- Magano, Otávio Bueno. **Participação em lucros**. O Estado de S. Paulo, 03/02/95
- 8- Jornal Zero Hora, 21/01/96
- 9- Vários autores. **Economia Política marxista actual: um análisis crítico**. URSS, Editorial Progreso, 1981. p.658
- 10- De Castro, C.B. **Cogestion y participacion en las ganancias: política de prticipacion**. Buenos Aires. Eudeba, 1974. p.32
- 11- Conci, C. **Los Pontifices Romanos y la Cuestion Social**. Buenos Aires, Tipografía Pío IX, 1934, p. 247-248
- 12- Confederação Nacional de Operários Católicos. **Manual do Círculo Operário**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1940, p. 45
- 13- Vários autores. **A Alemanha de hoje**. Bonn, Lexicon-Institut Bertelsmann, 1983. p. 274
- 14- Lapidus, I. e Ostrovitianov, K. **Princípios de Economia Política**. Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1944, p. 158
- 15- Nikitin, P. **Fundamentos de Economia Política**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967. p. 86
- 16- Vários autores. **Economia Política marxista actual: um analisis crítico**. Moscou, Editorial Progreso, 1981, p. 659-662
- 17- De castro, C.B. Obra citada. p. 129-131
- 18- Jornal Folha de S. Paulo, 07/08/95

* Sindicalista e vereador do PCdoB em Porto Alegre (RS)

“Movimento sindical é mais necessário do que nunca”

Álvaro Cunhal *

Num texto denso e bastante polêmico, o dirigente comunista Álvaro Cunhal contesta as principais teses dos “refundadores”, que pregam a conciliação de classes como forma de superar a atual crise do sindicalismo mundial. A intervenção foi apresentada durante as comemorações dos 25 anos da Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal (CGTP-IN), em outubro passado. Publicamos abaixo extratos do documento que tratam de questões também em moda no Brasil.

O movimento operário, e particularmente o movimento sindical, vive neste findar do século XX novos e graves problemas e atravessa sérias dificuldades e obstáculos que obrigam a uma serena reflexão, com vistas a determinar a sua orientação, ação e perspectiva. À situação que comporta tais problemas, dificuldades e obstáculos se tem chamado “crise sindical”.

Aspectos geralmente apresentados são a diminuição da sindicalização e de sindicalizados, o enfraquecimento das estruturas de base e da sua ligação às massas trabalhadoras, a menor disponibilidade para o exercício de responsabilidades nas estruturas, a menor dinâmica de luta e as dificuldades financeiras para manter a organização ao mesmo nível.

Tomando a expressão de “crise sindical”, interessa considerar quais são as suas causas mais diretas. Apontemos duas. A pri-

meira (de natureza objetiva) são as profundas alterações na base social do movimento operário e sindical. Ou seja: as alterações da economia e o desenvolvimento do capitalismo e dos meios de produção resultantes das novas e revolucionárias tecnologias, da mobilidade dos processos produtivos em nível nacional, europeu e mundial, a reconversão e reestruturação de setores e de empresas e as consequentes alterações quantitativas e qualitativas na composição da classe operária e da massa de assalariados, a fragmentação e mobilidade profissionais, os despedimentos em massa e a liquidação de postos de trabalho e de garantia do emprego, precariedade, vastos setores marginalizados e excluídos.

A base social do movimento operário e sindical torna-se assim mais frágil, instável, movediça e com reduções verticais em al-

guns setores que tem sido e continuam a ser esteios particularmente combativos e de elevada consciência de classe.

A segunda causa direta das dificuldades que defronta o movimento sindical é a repressão ao movimento operário e sindical, que acompanha a grande ofensiva mundial do imperialismo com a imposição do agravamento da exploração e a liquidação de direitos dos trabalhadores. O patronato reacionário, com a impunidade garantida por governos que efetivamente o representam, impõem leis antidemocráticas ou desobedece a legalidade, proíbe reuniões de trabalhadores e ativistas sindicais nas empresas, discrimina, persegue, despede delegados e ativistas sindicais.

Defensores do “capitalismo civilizado” propõem mudar a natureza dos sindicatos

Estas duas causas de carácter objetivo são por vezes secundarizadas, raramente contestadas. A grande controvérsia expressa-se quando se trata de examinar quais podem ser os elementos de carácter subjetivo da chamada crise sindical. Ou seja, o que nessa crise se pode considerar de responsabilidade na natureza, na concepção, na identidade, na orientação relativa ao futuro do movimento sindical, mais concretamente das organizações sindicais, das centrais sindicais.

A controvérsia diz respeito ao movimento sindical considerado no vasto âmbito do mundo e particularmente na Europa neste findar do século. Aqui em Portugal diz respeito naturalmente com particular incidência ao movimento sindical português. Uma idéia central de alguns teorizadores é a de que, tendo o capitalismo mudado de natureza, o movimento sindical deve mudar também. Não com a idéia de que o movimento sindical, mantendo a sua natureza de classe, deve responder criativamente às alterações da situação. Mas sim a idéia de “refundação” (como alguns dizem), de “refundação pro-

funda” (como acentuam outros) do movimento sindical.

Com esta idéia central há naturalmente nuances de opinião. Mas todos partem em geral da aceitação de que não só o capitalismo está definitivamente consolidado e é o sistema a quem caberá resolver os problemas humanos, incluindo os dos trabalhadores, como de que o capitalismo mudou a sua própria natureza, passou a ser diferente e melhor, passou a ser o tal “capitalismo civilizado” de que falam alguns. Dantes os arautos do capitalismo apregoavam a necessidade da conciliação de classes. Agora fala-se em “solidariedade” (distorcendo o seu sentido, incluindo o de origem cristã), dando a esta palavra o sentido de conciliação e colaboração com as forças do capital. Nesta ordem de idéias, há quem vá ao ponto de anunciar que o movimento sindical perdeu a razão de ser da sua existência, deve ser substituído ou mesmo desaparecer das sociedades. Talvez já perto do ano 2000, como alguém chegou a admitir.

Todas estas teorizações não são apenas apresentadas e desenvolvidas em termos genéricos e abstratos. São avançadas em termos concretos dirigidos à CGTP. São inseparáveis das concepções (como atrás referimos) da “integração sindical” da CGTP no quadro da integração económica da União Européia. São também inseparáveis (como adiante referirei) da contestação da CGTP-IN como central sindical de classe, autónoma, unitária e democrática, identidade que está na raiz da sua história, da sua força e papel sem paralelo na defesa dos trabalhadores portugueses e na instauração e institucionalização do regime democrático após quase meio século de ditadura fascista.

Superação da crise exige maior autonomia, unidade e democracia no sindicalismo

Uma das questões que tem sido frequentemente apresentada como causa da “crise sindical”, segundo alguns como o mal dos



Álvaro Cunhal (segundo à direita) participou das comemorações da CGT

males do movimento sindical português com referência explícita à CGTP-IN, é o que chamam “a partidarização dos sindicatos”. Um teorizador apressadamente obcecado pela sua idéia vai ao ponto de atribuir “a não sindicalização” a tal partidarização. Sabe-se que estas opiniões não se referem a partidos que organizam e tornam pública a sua tendência sindical partidária e que como tal já tem tomado publicamente posição contra tal ou tal decisão da CGTP. Não. Para sermos claros (porque aqueles que expõem essas idéias também o são) a acusação de “partidarização dos sindicatos” e “hegemonização partidária” refere-se ao PCP e à grande influência dos comunistas no movimento sindical unitário português.

Há mesmo quem, no excesso do seu pensamento, tenha explicado como um dos elementos da “crise sindical” o fato de o PCP ter levado para o movimento sindical aquilo a que chamam “a crise do PCP”, quando, se nestes termos se quisesse falar, então haveria que dizer que a verdade é haver quem queira levar a própria “crise de opção política” para o movimento sindical.

A saída da “crise sindical” para CGTP-IN seria a redução, se não o afastamento, da influência dos comunistas no movimento sindical. Acrescente-se que, de forma explícita, há quem defina mais claramente o seu objetivo. O que pretendem afinal não é o reforço da CGTP-IN com a diminuição da influência e do papel dos comunistas, mas o enfraquecimento do PCP por perder influência no movimento sindical. Há um comentarista que proclama triunfante que “sem a CGTP-IN desaparece o PCP”.

Não se estranhe pois que neste colóquio realizado na casa da CGTP-IN, eu diga algumas palavras sobre esta questão, tanto mais que nesta mesma casa e nesta mesma série de colóquios outros intervenientes a levantaram.

A influência dos comunistas no movimento sindical não resulta de qualquer imposição ou ingerência partidária. Resulta, em termos históricos, do papel que os comunistas tiveram na organização e dinamização da luta dos trabalhadores e nas organizações e luta de caráter sindical nas duras condições de repressão fascista durante dezenas de anos. Resulta do papel (que muitos esquecem e outros muito voluntariamente omitem) dos

comunistas (além de trabalhadores de outras tendências políticas, cujo papel também sempre valorizamos e continuamos valorizando) na criação, dinâmica e atividade da CGTP-IN. Resulta (não de imposições externas e muito menos da vontade que alguém teria que as intervenções de topo impedissem a expressão da vontade das bases) da confiança que os trabalhadores tem continuado a depositar em seus companheiros comunistas para as várias estruturas e responsabilidades nos sindicatos, nas Uniões, Federações e na Central.

A nosso ver, as dificuldades, obstáculos, novos problemas que defronta o movimento sindical, não resultam da sua natureza e identidade de classe, da sua luta corajosa em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores contra a exploração e opressão do capital e governos que o servem e da influência dos comunistas, a que indiscutivelmente os trabalhadores e o movimento sindical devem uma contribuição de valor para os seus êxitos e a sua força.

A nosso ver para superar a chamada “crise sindical” o necessário não é uma “renovação total”, uma “refundação” do movimento sindical eliminando aspectos que consideramos essenciais da sua identidade. Mas, pelo contrário, é preciso encontrar a capacidade, a força, a iniciativa, a resposta criativa à nova situação e aos novos problemas no reforço de aspectos fundamentais da sua identidade, nomeadamente a sua natureza de classe, a sua autonomia, a sua unidade e a sua democracia interna.

**O valor insubstituível,
para os trabalhadores, de
um sindicalismo de classe**

É tanta a insistência dos que negam as mais evidentes realidades da sociedade capitalista, incorreta e pudicamente apelidada de “economia de mercado”, que difícil é concluir se discorrem porque não querem ver a realidade ou se, vendo a realidade, a negam na teoria por virtude dos seus objetivos práticos.

Dê-se a Marx o que a Marx se deve. Não se lhe atribuam descobertas que, segundo ele próprio, já antes tinham sido feitas por outros. É o caso da divisão da sociedade em classes e da luta de classes na sociedade. A expressão “luta de classes” é tratada por alguns como uma expressão maldita como qualquer idéia revolucionária que os marxistas querem trazer a uma sociedade em que a realidade correspondente não existisse. E, entretanto, ela está aí à vista de alto a baixo em toda a sociedade. Nos locais de trabalho. Na vida política e social de todos os dias. Na natureza, decisões e ação dos governos. No tratamento diferenciado do Estado: defensor, condutor e protetor do patronato e impondo pela força a exploração aos trabalhadores.

Desta realidade, que a evolução e as mudanças socioeconômicas não alteram, inferimos uma primeira conclusão: que sindicatos dos trabalhadores, sindicatos de classe, com profunda ligação às massas e participação de massas, são não só necessários, mas mais necessários que nunca. Não é esta naturalmente a opinião que se desenvolve na grande ofensiva contra o movimento sindical.

Inseparável das concepções, propostas e projetos relativos à “integração sindical” no quadro da União Européia e à “refundação” ou “renovação total” do movimento sindical, aparece com clareza meridiana a idéia de que a natureza de classe do movimento sindical é uma idéia ultrapassada, porque o mundo sofreu mudanças tão grandes que já não se pode falar de luta de classes porque o grande objetivo que deve também ser o dos trabalhadores é um “capitalismo civilizado”.

Curioso. Não ouvimos contestar o direito de constituição e ação de associações de classe dos capitalistas, dos grandes industriais, dos representantes diretos do capital financeiro, os mesmos que consideram obsoleta a existência de um movimento sindical de classe, do operariado e dos trabalhadores em geral.

**Tenta-se apagar o conflito
capital-trabalho e impôr a
“experiência de cidadania”**

Algumas concepções são particularmente esclarecedoras. Pretende-se que, neste findar do século, o movimento sindical se deve converter num movimento em que os trabalhadores intervêm na sociedade, não tanto como trabalhadores, mas **“como cidadãos”**. Diz-se que a “experiência de cidadania” tenderá a sobrepor-se à “experiência do trabalho”, donde resultará “uma transferência progressiva da identidade operária para a identidade cidadã”. E nesse sentido aponta-se o objetivo de fazer um trabalho de educação dos sindicalistas, libertando-os da “idéia abstrata do patrão como inimigo”.

A mesma idéia com diferente expressão verbal é a de que o movimento sindical deve ter como “objeto da própria ação (...) **a pessoa mais que a classe ou grupo social**”. Ou, por outras palavras, numa terceira formulação, “o homem é pessoa e é nessa qualidade que se assume e deve ser assumido como sujeito de direito”.

Os sindicatos deixariam de ser sindicatos de trabalhadores, sindicatos de classe, para serem sobretudo sindicatos (se é que este nome continuaria a ser legítimo) de “cidadãos”, de “pessoas”, ou mesmo, como sublinha um teorizador, de “indivíduos”. Apagada e omitida a oposição capital-trabalho, patronato-trabalhador, capitalistas e tra-

balhadores, patrões e trabalhadores, os trabalhadores passariam a ser nas suas organizações apenas “cidadãos”, apenas “pessoas”, apenas “indivíduos”. É a teoria corrigida da reconciliação de classes, do corporativismo caricaturalmente ilustrado pela noção aumentada e alargada da “lareira comum da freguesia” de Salazar.

Estas concepções teóricas, profusamente defendidas em longas dissertações, têm objetivos práticos muito concretos e imediatos. Podem destacar-se dois. Um é a co-responsabilização assumida diretamente pelos trabalhadores e pelo movimento sindical no desenvolvimento capitalista dirigido pelo patronato, pelas forças do grande capital e dos seus governos. Admitindo pela revolução tecnológica a inevitabilidade da “reconversão” e “reorganização” do tecido produtivo, e que esta determinaria objetiva e inevitavelmente a redução e a precariedade do emprego, apontam ao movimento sindical, como caminho da sua “refundação”, a aceitação nesse processo dos sacrifícios de classe que implica.

Daí concluem alguns que a empresa é uma entidade de interesse público em cujo resultado estão igualmente interessados capitalistas e trabalhadores, que a produtividade e a competitividade das empresas “já não é



apenas um problema dos patrões” mas também dos trabalhadores e (e esta é a idéia principal) que os trabalhadores devem aceitar a situação e os sacrifícios e colaborar com os patrões nessa reorganização.

A tal atitude de conformação e capitulação que aconselham chamam alguns um caminho criativo de “participação”. Daqui (como segundo caminho indicado ao movimento sindical) resulta logicamente a idéia (muito explicitamente defendida) de que a luta reivindicativa dos trabalhadores e do movimento sindical deve dar lugar a uma intervenção colaborante com o patronato, aceitando as inevitáveis consequências gravosas do desenvolvimento capitalista tal como o quer impor o grande capital e não insistindo na luta reivindicativa.

Ataques ao “sindicalismo de contestação” e a defesa da “concertação social”

Seria “um grave desvio”, por exemplo, insistir em aumentos salariais quando se prevê o aumento do desemprego. Devia aceitar-se o desemprego sem assegurar novo emprego aos trabalhadores despedidos porque muitas empresas “devem ser fechadas porque são inviáveis”. Critica-se (e alguns atribuem diretamente a responsabilidade ao PCP) o movimento sindical português, nomeadamente a CGTP, de privilegiar “o sindicalismo de contestação”, e alerta-se para que “o sindicalismo de contestação corre o risco de desaparecer”. A luta reivindicativa dos trabalhadores seria “tentar conservar um sistema produtivo condenado”.

Daqui, uma terceira idéia ligada à “refundação” do movimento sindical: **o caminho da concertação social** (sem já falar de “pactos de regime”), substituindo por esta via institucional e cada vez mais distante das massas trabalhadoras a contratação coletiva e a luta reivindicativa nas empresas e nos variados sectores profissionais.

A concertação social seria a **sede**, para alguns a sede fundamental e verdadeiramente

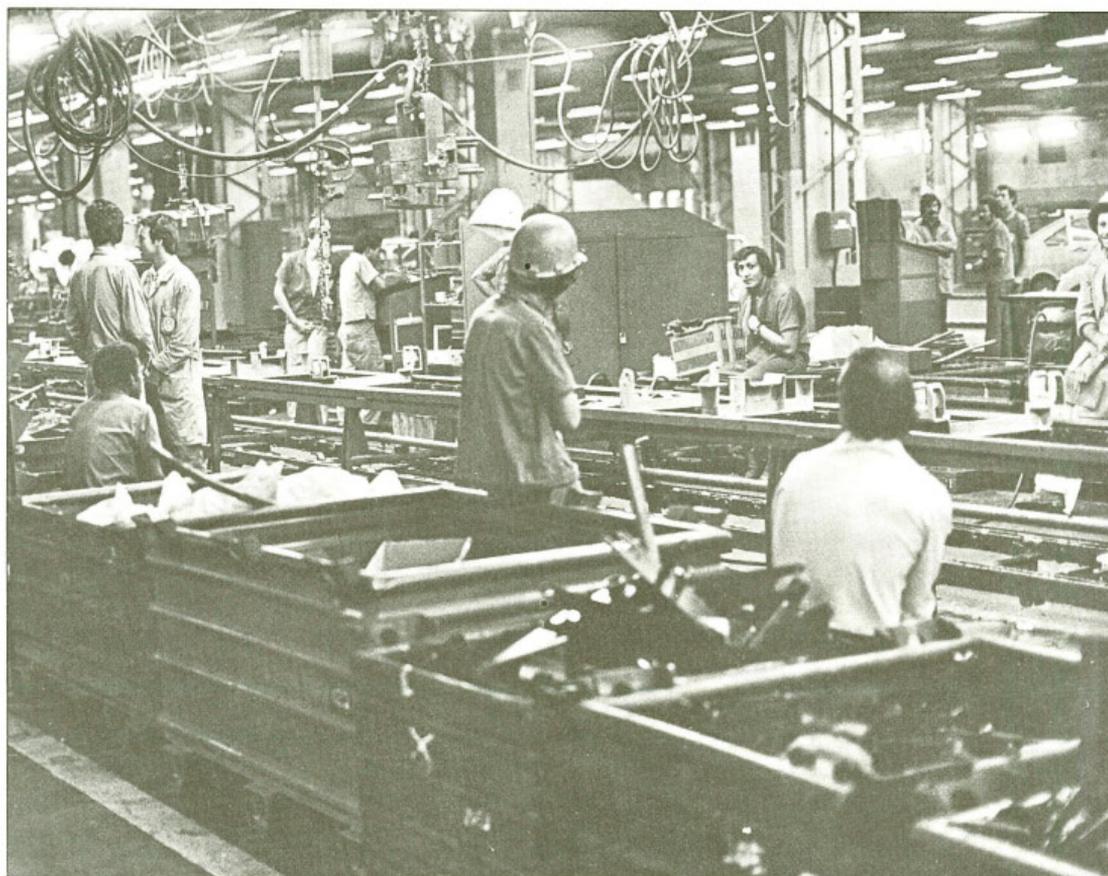
te decisória, das relações de trabalho e concebida, como tem sido sempre concebida no sistema existente e noutros sistemas propostos, uma negociação com três representações: dos trabalhadores por via dos sindicatos, do patronato por via das organizações patronais, e pelo governo, um governo que nada tem de “árbitro” e de “neutral”, mas é sim defensor e representante dos interesses do patronato.

Ao movimento sindical caberia a função de colaborar com os patrões nas empresas, de desistir do “sindicalismo de contestação”, da luta reivindicativa, da contratação coletiva, de se curvar à vontade majoritária patronato/governo nos organismos de concertação social.

A concertação social como a sede para onde se deveriam desviar e concentrar as decisões relativas às relações laborais e aos interesses e direitos dos trabalhadores, expressa os seus claros objetivos na proposta de lei do PSD, partido do governo de direita clamorosamente derrotado nas últimas eleições, de substituir e institucionalizar em termos de lei as Comissões de Trabalhadores das empresas como Comissões de Concertação Social e também na idéia exposta por um teorizador segundo o qual os objetivos da luta sindical e de empresa necessitam de ser avaliadas “em níveis de luta e de negociação em sede de concertação nacional e internacional”.

Justifica-se naturalmente que, na situação concreta existente, não para entrar num esquema de colaboracionismo de classes, mas para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, o movimento sindical unitário, por voluntária decisão própria, participe no Conselho de Concertação Social. Essa intervenção é tanto mais útil aos trabalhadores quanto mais o movimento sindical se afirme e mostre sê-lo pelas suas decisões, orientações, iniciativas e lutas, um sindicalismo de classe, como uma das características do movimento sindical português e da CGTP-IN que, a par da autonomia, da unidade e democracia interna, sempre consideramos como elementos da sua identidade.

* Presidente do Conselho Nacional do Partido Comunista Português (PCP)



Clóvis Sobrinho

Estranhamento do trabalho na atualidade capitalista

Jesus J. Ranieri *

A compreensão da forma segundo a qual o capital se apropria da força de trabalho é condição para a reflexão sobre os rumos que têm tomado hoje os diversos segmentos da produção, assim como das formas assumidas pelo fenômeno estranhamento [1] no interior da sociabilidade contemporânea. No fundamental, o embate entre trabalho e capital tem reiterado, mesmo para a situação atual e apesar da radicalidade presente nas transformações dos processos de produção, a categoria *valor de troca* como sendo a potencialidade condicionante da prescrição e determinação do conteúdo das relações sociais. Ao nosso ver, tem-se mantido como efetiva a *universalidade* da despossessão do trabalhador, que continua a aparecer diante do capitalista como uma personificação do trabalho abstrato.

Por esse motivo, entendemos que a atualidade do estranhamento é hoje praticamente perceptível na totalidade do sistema do capital. Por isso, ele se mantém como conceito forte que auxilia na instrumentalização do entendimento e na tematização crítica da lógica do referido sistema. Deste ponto de vista, é possível fazer, desde já, duas afirmações: em primeiro lugar, que as formas, chamadas novas, de flexibilização e distribuição do trabalho e da produção, continuam a opor, essencial e resolutamente, o percurso da lei de valorização do capital ao cotidiano fabril; e, em segundo, que é inegável que o capital necessita continuar contemplando - apesar do incondicional desenvolvimento das forças produtivas que ele engendra - aquele elemento que o anima inevitavelmente, o trabalho vivo, uma vez que somente a presença deste gera o (des)equilíbrio do sistema e pode manter, como fator condicionante da concentração e valorização do capital, o princípio da concorrência inter-capitais.

Apesar de um determinado tipo de argumentação defender o iminente fim do trabalho como categoria central da sociabilidade contemporânea, na medida em que ele estaria dando lugar progressivamente ao advento da ciência como força produtiva determinante [2], é conveniente julgar que também a caracterização do progresso científico é umbilicalmente dependente das formas assumidas pela gradual combinação dos elementos gestores da valorização do capital. Antes de mais nada, é bom que se diga que, ao mesmo tempo que desenvolve de forma avassaladora as forças produtivas - e o faz necessariamente sob a forma de potenciação do capital constante, na aplicação necessária e sem tréguas da própria ciência como força produtiva -, o sistema do capital remunera decrescentemente o trabalho em geral, designado como trabalho vivo, na medida em que seu valor de uso, a massa viva de trabalho necessária para os meios de produção, decresce como proporção do valor para estes mesmos meios sob a forma de tecnologia otimizada, movimento que favorece alguns setores em detrimento

de outros, a ponto de subverter a própria necessidade do trabalho vivo no conjunto dos setores chamados "de ponta" (robótica, microeletrônica, automação em geral).

Precisamente, a expansão dos métodos ditos científicos sobre o conjunto dos processos produtivos não elimina o trabalho vivo como produtor de valor e mais-valia, mas lança-o na periferia da concorrência inter-capitais. Por um lado, ele está presente na subcontratação [3], esta forma de deslocamento do trabalho para setores externos à fábrica e detentora de uma massa produtora de mais-valia sob a forma de trabalho materializado, já finalizado como mercadoria. Por outro, o monopólio é a própria dimensão desses ajustes e a forma distinta que exorbita a apropriação de mais-valia, não mais extraída somente nos moldes clássicos de expropriação individual, configurada em termos rudimentares de expropriação no processo imediato de produção. Para além disso, o capital aparece, agora, como apropriador do montante social de mais-valia na sua dimensão de apropriador de sobreproduto de outros capitais.

Sob este aspecto, o que se vivencia a partir dos avanços da técnica e da subsunção do trabalhador a eles é tanto a extensão da jornada de trabalho naqueles setores que ficam à margem da prosperidade tecnológica, quanto o recuo a formas de organização fabril típicas do capitalismo "clássico" ou mesmo da consolidação da grande indústria como, por exemplo, o salário por peça. Em outras palavras, são transformações que potencializam o estranhamento porque potencializam a concentração e centralização do capital, notadamente a intensificação de capital fixo; provocam um recuo nas relações sociais de produção e removem, aniquilando, as forças produtivas naqueles setores cuja competitividade é insuficiente e desinteressante.

No toyotismo, o capital se apropria das formas de integração do trabalho

Um exemplo que evidencia este caráter contraditório e perverso do percurso da organização do trabalho, e, dentro e a partir dela,

a efetividade dos rumos que têm tomado as manifestações do estranhamento, diz respeito à oposição entre a forma fordista de produção e o toyotismo [4]. Neste último, a polivalência do operário é condição para a operação fabril geral, numa combinação de várias tarefas simples realizadas de forma simultânea, que não representam, necessariamente, qualificação do trabalhador, ainda que, aparentemente, mas só aparentemente, ele una na sua tarefa tanto elaboração quanto execução do trabalho. Na medida em que tanto a organização do trabalho quanto a produção têm que estar subsumidas à flexibilização geral do processo produtivo, numa horizontalização que subcontrata e terceiriza a força de trabalho com o intuito de produzir elementos que antes, no fordismo, eram atributos da indústria montadora [5], tem-se como resultado a intensificação da exploração da própria força de trabalho, na medida em que a diversificação das tarefas e o ritmo da produção otimizam as funções do conjunto combinado da cadeia produtiva.

Por outro lado, a forma de ser do estranhamento sob o toyotismo está associada ao modo pelo qual o capital se apropria das formas de integração do trabalho. Isto não é exclusivo do toyotismo, é verdade, existindo igualmente no fordismo e taylorismo, mas naquele primeiro a particularidade se coloca na ilusão de que concepção, elaboração e consecução do trabalho não se separam [6], o que empresta à organização interna da produção e do trabalho um domínio que prima pelo caráter manipulatório. Ainda que, num certo sentido e numa intensidade restrita, o trabalhador possa opinar sobre os rumos do processo produtivo, é inegável que a expressão última da produção (o que e para quem produzir) obedece às regras impostas pelo capital, ficando circunscrita a estas. Toda e qualquer decisão não pode, jamais, ferir a lógica interna de sua valorização, sempre suprida pela força de trabalho que gera valor, o trabalho vivo.

Do ponto de vista do trabalhador, portanto, podemos afirmar que a contradição entre trabalho e capital continua presente na

medida em que uma determinada soma de valores torna-se capital quando entra numa relação direta de troca com o trabalho vivo, na forma de apropriação deste último. Essa troca tem o poder exclusivo de favorecer somente um dos lados da relação: otimiza o aumento e concentração do capital, sem que por isso a força de trabalho abandone sua posição de mercadoria, o que significa que o aumento do capital produtivo é sinônimo de aumento do poder do trabalho morto (trabalho e capital acumulados) sobre o trabalho vivo - diante da massa de trabalho livre encontram-se as condições objetivas de trabalho dispostas enquanto capital.

Como produto direto do trabalho abstrato, portanto substancializando valor de troca, e enquanto valor de uso para o capital na forma de força de trabalho, a mercadoria não deixa de se apresentar como relação quantitativa, que é a primeira medida quando da permuta de distintos valores de uso, independentemente das qualidades sensíveis e particulares destes últimos. O valor de troca traz a significação de ter como medida o tempo de trabalho incorporado à mercadoria, portanto, os diferentes trabalhos terão que reduzir-se a uma medida simples de trabalho, trabalho homogêneo, uniforme, comum, indiferenciado - trabalho cuja medida será somente a quantidade. O valor é sinônimo de quantidade determinada de trabalho humano geral, sendo a mercadoria nada mais que a materialização genérica do valor a partir de uma quantidade de trabalho incorporado.

O estranhamento penetra em todas as esferas da sociabilidade humana

Neste sentido, as condições de trabalho que dão vida ao valor de troca continuam a ser determinações sociais do trabalho, ou seja, determinações do trabalho social. No interior do capitalismo, este caráter social do trabalho está fundado no fato de que o trabalho individual só possui referência enquanto trabalho na medida em que tem como parâ-

metro (e imanência) a forma abstrata do trabalho em geral, o que significa, fundamentalmente, que no valor de troca incorporado numa mercadoria o tempo de trabalho referente a este valor é tempo de trabalho do operário tomado isoladamente. Porém, na medida em que este trabalho é qualquer trabalho igual a ele na sua redução para trabalho geral, o trabalho individual é tempo geral de trabalho na sua abstração. É o nivelamento geral das operações fabris. Portanto, o caráter social do trabalho aparece como sendo o caráter geral do trabalho individual. Ou ainda: o caráter social do trabalho significa dependência da generalidade abstrata do trabalho.

Ao nosso ver, esta situação de embate entre capital e trabalho corresponde à atualidade do capitalismo no seu conjunto, corroborando o diagnóstico marxiano sobre o estranhamento: o trabalho estranhado é a síntese de um estranhamento genérico que penetra em todas as esferas da sociabilidade humana, pois a totalidade da apropriação do trabalho é uma realidade efetiva fundada no não-equilíbrio histórico entre produção, apropriação e redistribuição dos produtos da atividade do trabalhador. Este resultado aparece como um momento de afirmação da categoria estranhamento, na medida em que somente a forma específica de existir de uma classe (a manutenção exclusiva da capacidade de trabalhar e de reduzir esta capacidade a uma mercadoria) é condição primeira da existência do capital. É a realidade e atualidade do estranhamento sob os quatro aspectos apontados por Marx: estranhamento do trabalhador do produto de seu trabalho; estranhamento do trabalhador no interior do processo da atividade produtiva; estranhamento do trabalhador de si mesmo e estranhamento do trabalhador de seu semelhante, ou seja, estranhamento com relação ao gênero humano. [7]

A pungência do estranhamento, tanto nos idos do “velho” capitalismo quanto agora, está em que o trabalhador é obrigado a suportar a valorização do capital como a ne-

gação dele próprio. Ao invés de realizar-se e contemplar a sua atividade como a dimensão objetiva do trabalho concreto útil, o trabalhador é objeto de uma força que se põe socialmente como massa informe de trabalho abstrato. [8] A medida subjetiva da valorização é, ao mesmo tempo, a medida objetiva do aviltamento de sua vida cotidiana.

Neste sentido é que o fetichismo divide com o estranhamento plena atualidade. Mais do que nunca as relações entre produto e produtor invadem inteiramente as esferas da vida como sendo uma relação social perpetrada por coisas, ou seja, aquilo que é fruto do trabalho social só tem lugar enquanto elemento interiorizado à troca. Dessa maneira, não é possível que as individualidades possam se impor através da manifestação do verdadeiro trabalho concreto: no fetichismo, a conexão social é uma imposição que o produtor direto não controla; toda a organização produtiva é consolidada à revelia dos indivíduos, e a mediação última continua sendo papel do mercado.

Na atualidade, a oposição entre capital e trabalho localiza-se além da fábrica

Confirma-se, neste caso, a realidade do estranhamento do trabalhador do produto de seu trabalho como algo alheio a ele, que se lhe defronta como um poder hostil. Igualmente, do ponto de vista humano, a amplitude da contradição do sistema do capital em geral faz eclodir como manifestações genéricas do estranhamento aquelas conseqüências que afetam diretamente o conjunto da sociedade, conseqüências que vão desde o embrutecimento resultante do caráter genérico da crise, até o desemprego estrutural, resultado “necessário” do caráter não difundido da otimização tecnológica concentrada.

No plano mais complexo, aquele da generalização histórica deste estranhamento no universo ideológico, vemos que ele se configura em última instância como a compreensão e aceitação do cotidiano da vida como

algo inelutável [9], como a impossibilidade de apresentação de um projeto emancipacionista. O lugar desta conformação é bastante evidente, identificável tanto na esfera teórica quanto na prática: vai desde a opção intelectual pela suposta irreversibilidade da solidez da economia de mercado fundada na prosperidade tecnológica, até as reivindicações sindicais que se articulam nos limites das concessões oferecidas pelo capital [10], sem que se perguntem, “teoria” e “prática”, se a luta deveria ou não ter como meta um projeto para **além** do capital.

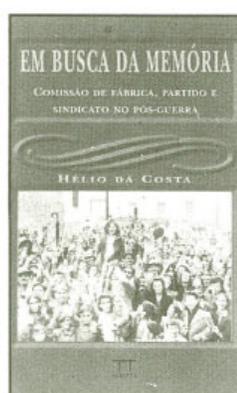
Na verdade, a dimensão mais íntima e, ao mesmo tempo, onipresente do estranhamento é aquela que se manifesta nas diversas formas de manipulação operadas pelo capital. Sob o capitalismo, em especial no contemporâneo, a intensificação da oposição entre capital e trabalho localiza-se além da fábrica, pois o capital substancia uma sociabilidade tal que a manipulação engendrada por ele aparece como algo inatacável. Os passos corretos na direção da superação do estranhamento são dados quando se toma como possível a compreensão dos nexos internos desta manipulação e o seu consequente desvendamento.

NOTAS

- 1- Acharmos melhor chamar de estranhamento o que é comumente designado por alienação, em virtude da multiplicidade de significados que pode ter esta última, não sempre, nem necessariamente, negativos. Alienação pode ser sinônimo de exteriorização e, neste caso, é designação positiva para toda forma de externalização humana, incluindo o objeto da atividade do homem, ou seja, aquele no qual este último se objetiva por meio do trabalho num produto de sua criação. Estranhamento, ao contrário, tem sempre o significado particular de elemento que obstaculiza este caráter ativo, impedindo e aviltando o que nele podia haver de emancipatório, tanto do ponto de vista da personalidade humana, quanto das condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem. Nesse sentido, a opção pela palavra estranhamento, ao invés de alienação, remete-nos à especificidade das barreiras sociais à realização humana postas em cena em virtude das formas de apropriação do trabalho que, historicamente, vieram a ter lugar.
- 2- Uma boa apresentação deste debate pode ser encontrada em Teixeira, Francisco José Soares. **Pensando com Marx (Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital)**, São Paulo, Editora Ensaio, 1995, especialmente pp.26-34.
- 3- Cf. *Ibidem*.
- 4- A propósito da reflexão acerca das novas formas de flexibilização, organização e distribuição, assim como da potencialidade emancipadora do trabalho, verificar Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? (Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho)**, São Paulo, Cortez; Campinas, SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, *passim*.
- 5- Cf. *Ibidem*, p.27.
- 6- Sobre a análise crítica desta identificação, cf. *Ibidem*, p.34.
- 7- Cf. Marx, K. **Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana, Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**, in Fernandes, Florestan (org.), Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 36, Editora Ática, São Paulo, 1989, tradução de Viktor von Ehrenreich, pp.146-164.
- 8- A respeito, verificar a contribuição de Secco, Lincoln. **A Crise da Sociedade do Trabalho**, Revista *Práxis* nº3, Belo Horizonte, março de 1995, especialmente pp.60-67.
- 9- Cf. Lukács, Györg. **Per l'Ontologia dell'Essere Sociale**, prefácio e tradução de Alberto Scarponi, Editori Riuniti, Roma, II, 2, 1981, p.781.
- 10- A este respeito, é interessante observar a reflexão de Robert Kurz sobre a ação dos sindicatos e dos intelectuais diante da greve de dezembro de 1995, em Paris. Cf. Kurz, Robert. **Uma revolta do silêncio. Folha de S. Paulo**, 14 jan. 1996. Caderno Mais, p.5.

* Mestre em sociologia e doutorando em ciências sociais pelo IFCH/Universidade de Campinas (Unicamp/SP)

O sindicalismo no pós-guerra



Em busca da memória (organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo). Hélio da Costa, Editora Scritta, São Paulo, 1995

A publicação da tese de mestrado defendida em 93 por Hélio da Costa no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, com certeza, enriquece em muito a literatura sobre a história do movimento operário e sindical em nosso país. O trabalho resgata um pouco da história da luta dos trabalhadores em São Paulo, entre os anos de 1943 a 1953. Ao fazê-lo, ajuda a preencher as lacunas existentes em nossa historiografia. Afinal, são poucos os livros que abordam a atuação dos comunistas neste período rico da história brasileira.

O livro aponta a existência de uma relação contraditória entre o Partido Comunista e a classe operária nas diversas conjunturas entre 1945 e 1953. “Uma confrontação da prática desse partido com o movimento (da classe operária) mostrará que ela, dele se separa e com ele se funde ao mesmo tempo”.

A conjuntura aberta com a crise do regime de Vargas e avanço das lutas democráticas a nível mundial levaram a explosão de um movimento de contestação operária nunca visto na história do país. O PCB, diante da ação espontânea e radical das massas, colocava-se numa situação bastante difícil. Adotando uma posição de defesa da “união nacional” e de conten-

ção das lutas operárias, através da palavra-de-ordem de “apertar os cintos”, o partido se via ameaçado de perder sua base social.

Mas, alerta o autor, “a estratégia sindical dos comunistas, ao se cruzar com a prática do movimento operário, sofreu os seus efeitos, alterando em alguma medida o conteúdo original da sua política”. E por isso mesmo os sindicatos dirigidos pelos comunistas não tiveram “condições para congelar determinadas greves quando o ímpeto das bases rumaram em sentido contrário.”

Apesar de toda contradição existente entre a política geral da direção comunista e as suas bases operárias, “as greves de 1946 apontaram o PCB como o partido dotado de maior capacidade organizativa para se fazer representar no meio operário e sindical, não encontrando oponente à sua altura nem a direita nem a esquerda. O seu avanço só foi detido pela repressão de Dutra”.

Outra característica desta conjuntura é a organização independente e autônoma dos trabalhadores nos locais de trabalho, o que levou a que o ascenso do movimento operário à partir de 1945 se desse fora e, na maioria dos casos, contra os sindicatos oficiais. Como lembra o autor, “o primeiro impulso das entidades sindicais foi combater qualquer iniciativa que se desse fora de seu controle”. Ricardo Maranhão já havia constatado que “de todas as 11 greves do setor levantadas em São Paulo, entre janeiro de 1946 e maio de 1947, apenas uma não apresentava o organismo ‘comissão’ como elemento organizativo”.

Este afastamento da classe operária em relação aos sindicatos oficiais se agravaria ainda mais após as intervenções patrocinadas por Dutra. Impossibilitados de se utilizarem deste

mecanismo institucional, os trabalhadores voltaram-se novamente e com mais força a outras formas de organização, especialmente as comissões de empresa.

Os comunistas, a partir de 1948, já na ilegalidade e com a maioria dos sindicatos sob intervenção, passaram a defender intransigentemente a liberdade e autonomia sindical. “A estrutura oficial, tendo no imposto sindical seu principal alicerce, passaria a ser duramente atacada. Os sindicatos passaram a ser sinônimos de autoritarismo, roubo, corrupção, etc. Essa é a tônica da declaração de João Amazonas na *Imprensa Popular*:

“Os trabalhadores não têm interesse em manter sindicatos por esse meio. Afinal o que está aí não é sindicato na verdadeira expressão do termo. Em muitos casos são simples arapucas para roubo e policiamento. O caráter atual do sindicato, sua estrutura, as leis que o regulam são antidemocráticas. Os mesmos são órgãos de colaboração com o Estado Brasileiro”.

Segundo o autor, “a criação dos sindicatos paralelos, entre os anos de 1948 e 1951, constituiu-se na mais ousada ofensiva dos comunistas, contra o peleguismo e o intervencionismo estatal nas entidades sindicais, ao longo de toda a sua trajetória, desde a resistência ao enquadramento sindical no início dos anos 30. Essas entidades paralelas, que na sua grande maioria tomaram a forma de associações civis registradas em cartório, geraram uma infundável polémica no interior do partido comunista”.

Esta nova política sindical do PCB seria alvo de duras críticas por parte de comunistas de base e da direção do partido. “O ponto nevrálgico de toda crítica a posteriori parece residir na orientação do PCB, para que seus militantes abandonassem os sindicatos oficiais, concentrando seus esforços na criação de entidades paralelas. A justificativa para não abandonar os sindicatos recaía principalmente na pouca receptividade que as novas associações paralelas encontravam junto aos trabalhadores”.

Abandonar os sindicatos para esses militantes “significava dar as costas a uma trajetória de lutas que buscava transformar os sindicatos naquilo que suas convicções acreditavam que deveria ser a prática de uma entidade que representasse os interesses dos trabalhadores ... O exercício da militância sindical e a

consequente retomada dos seus órgãos de representação, confiscados pelas arbitrariedades dos governos Vargas e Dutra, constituíam-se elementos fundamentais para o exercício da democracia entre os trabalhadores”.

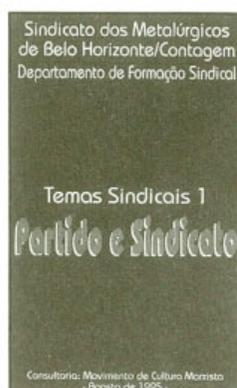
Aqui decerto estamos diante de um equívoco do autor, um erro bastante comum entre os estudiosos do movimento sindical, particularmente graças a uma cultura produzida pela própria militância sindical. Parte-se da idéia de que o sindicato que tínhamos no país era uma conquista dos trabalhadores. Na verdade, o sindicato oficial do pós-30 foi criação da burocracia estatal para o controle dos trabalhadores e cumpriu com relativa eficiência este papel. Dutra, por exemplo, só precisou se utilizar desta estrutura para degolar o movimento sindical, sem violar a “legalidade”.

Não foi por outra razão que os grandes movimentos de contestação operária nesta conjuntura se deram fora e contra os sindicatos oficiais. Isto, é claro, não significa dizer que os limites impostos pela estrutura sindical não pudessem ser rompidos em determinadas conjunturas e que esta máquina pudesse servir, de alguma forma, as lutas operárias como canal para sua expressão. Mas isto, devemos reconhecer, só foi possível, de maneira muito limitada e condicionada, até 1964.

O PCB tornaria a modificar a sua política sindical a partir de 1952. A nova diretiva enfatizava “os equívocos da direção em orientar seus ativistas a abandonarem os sindicatos ... Doravante seriam novamente os sindicatos oficiais que ocupariam um lugar privilegiado na política sindical do PCB ... Quanto à organização nos locais de trabalho, as resoluções apontam para sua instrumentalização como principal ponto de apoio para ocupação dos sindicatos ... A estruturação de comissões de fábrica ganhou um grande impulso nesse período e jogou um papel decisivo nas grandes mobilizações operárias. O maior exemplo disso foi a greve dos 300 mil em São Paulo”.

A partir de então, afirma o autor, o PCB conheceria “um dos períodos mais férteis na sua relação com as lutas do movimento operário travadas ao longo da década de 1950. Recuperou, num espaço relativamente curto, seu grande poder de representação junto às massas trabalhadoras”. (Augusto Cesar Buonicore, historiador)

A relação partido-sindicato



Partido e sindicato. Vários autores. Editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e Movimento de Cultura Marxista, Belo Horizonte, 1995.

Um dos temas que ainda hoje gera acirradas controvérsias no sindicalismo é o que trata da relação entre os partidos políticos e os sindicatos. Na longa trajetória das lutas operárias em todo o mundo ele já foi motivo de sérias e profundas divergências entre anarquistas, tradeunionistas, sociais-democratas e comunistas, entre outras correntes de pensamento. É a história não superou as polêmicas. Enfrentá-las teórica e politicamente não é uma tarefa simples.

Dá a importância da iniciativa do Departamento de Formação do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (MG). Com a consultoria do promissor Movimento de Cultura Marxista, a entidade editou recentemente o livreto **Partido e Sindicato**, o primeiro da série "Temas Sindicais". São quatro artigos que procuram, num esforço pluralista de abordagem, enfrentar o desafio de desbravar um assunto tão complexo.

É evidente que o livreto não encerra a discussão e nem foi esse o projeto original de

seus organizadores. Por seu espaço reduzido, ele também não permitiu o aprofundamento de várias questões que são apenas suscitadas pelos autores. No geral, os artigos apresentam/interpretam as leituras das diversas concepções político-sindicais sobre o tema. Há algumas formulações, como as do professor Marco Aurélio Garcia, que mereceriam interessantes questionamentos.

Ele afirma, por exemplo, que os chamados partidos leninistas sempre fizeram uma "separação muito nítida entre ação sindical e ação partidária. A primeira (sindical) privilegiaria o enfrentamento das questões econômicas, enquanto que a segunda (partidária) se ocuparia dos problemas políticos". Cita como exemplo a experiência sindical dos comunistas no Brasil. A demarcação sugerida pelo autor, entretanto, parece rígida e mecânica. Ela é negada pela ação política, passada e recente, do sindicalismo sob influência dos comunistas. É só lembrar a campanha do "Petróleo é nosso" ou o movimento das diretas-já.

Como já foi dito, o tema é polêmico, "dá muito pano pra manga". E aí reside o lado cativante do livreto, apesar das suas limitações e das divergências que provoca. Vale elogiar, por último, o esforço da entidade no trabalho de formação político-sindical da sua base. Mostra que ela está engajada no desenvolvimento da consciência, o que é decisivo nos dias atuais. Como diz o slogan dos 10 anos de vida do CES, "sindicalista que não se forma se deforma". (Altamiro Borges, jornalista)

Atenção sindicatos de todos os cantos do Brasil

Se cada vez que suas direções precisam sair do estado

**Cria-se um tumulto imenso,
marca vôo, desmarca vôo,
nunca se consegue o PTA,**

e às vezes acaba-se perdendo a viagem,

**Que tal
sanar o problema
definitivamente?**

TheWAY

VIAGENS
E TURISMO

Av Paulista, 171 - 7º andar - Cep 01311-000 - Bela Vista - SP
Fones (011) 251 1446 - (011) 251 1527

**Oferecemos
atendimento personalizado
para entidades de classe.**



Cuba



**está lhe
esperando para
as comemorações
do dia 1º de maio.**

**A The Way Turismo
deseja boa sorte a todos
os participantes da campanha de assinaturas da
revista Debate Sindical que estão concorrendo a uma viagem para Cuba.**

**Agora, se você não for o sortudo que vai para Cuba de graça,
a The Way lhe apresenta abaixo formas que irão facilitar a sua viagem.**

**1º de maio em Cuba
a partir de
US\$ 838,00**

Hospedagem - Hotel St. John's

TPL	DBL	SGL
US\$ 838,00	US\$ 855,00	US\$ 895,00

Saída em 26 de abril - retorno 03 de maio

FAÇA CINCO ASSINATURAS E GANHE UMA VIAGEM A CUBA

Na comemoração dos dez anos de existência da Debate Sindical, você é que pode ser presenteado. Basta conseguir cinco novos assinantes da revista e você concorre ao prêmio de uma viagem a Cuba com tudo pago - passagem aérea e hospedagem em Havana. A promoção especial vai até 15 de abril. O sorteio público, na sede do Centro de Estudos Sindicais (CES), ocorrerá no dia 19 de abril, às 19 horas. Ainda há tempo para você realizar seu sonho de conhecer Cuba!

Participe da campanha! Entre imediatamente em contato com o CES para preencher a sua ficha de cadastro. Você receberá todos os materiais de divulgação da revista, o talão de assinaturas e maiores detalhes da promoção. Não perca tempo. Ajude a divulgar uma publicação comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. De quebra, concorra a uma viagem a Cuba!

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS (CES)
Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010
Fone/Fax: (011) 284-2296